



“The Comeback King” ganha pôster e data de estreia PÁGINA 02



# Gazeta do Estado

Sexta-feira

Goiânia, 10 de abril de 2026

Ano 20 - Edição 6407

gazetadoestado.com.br

gazetadoestado

62 3249-8883

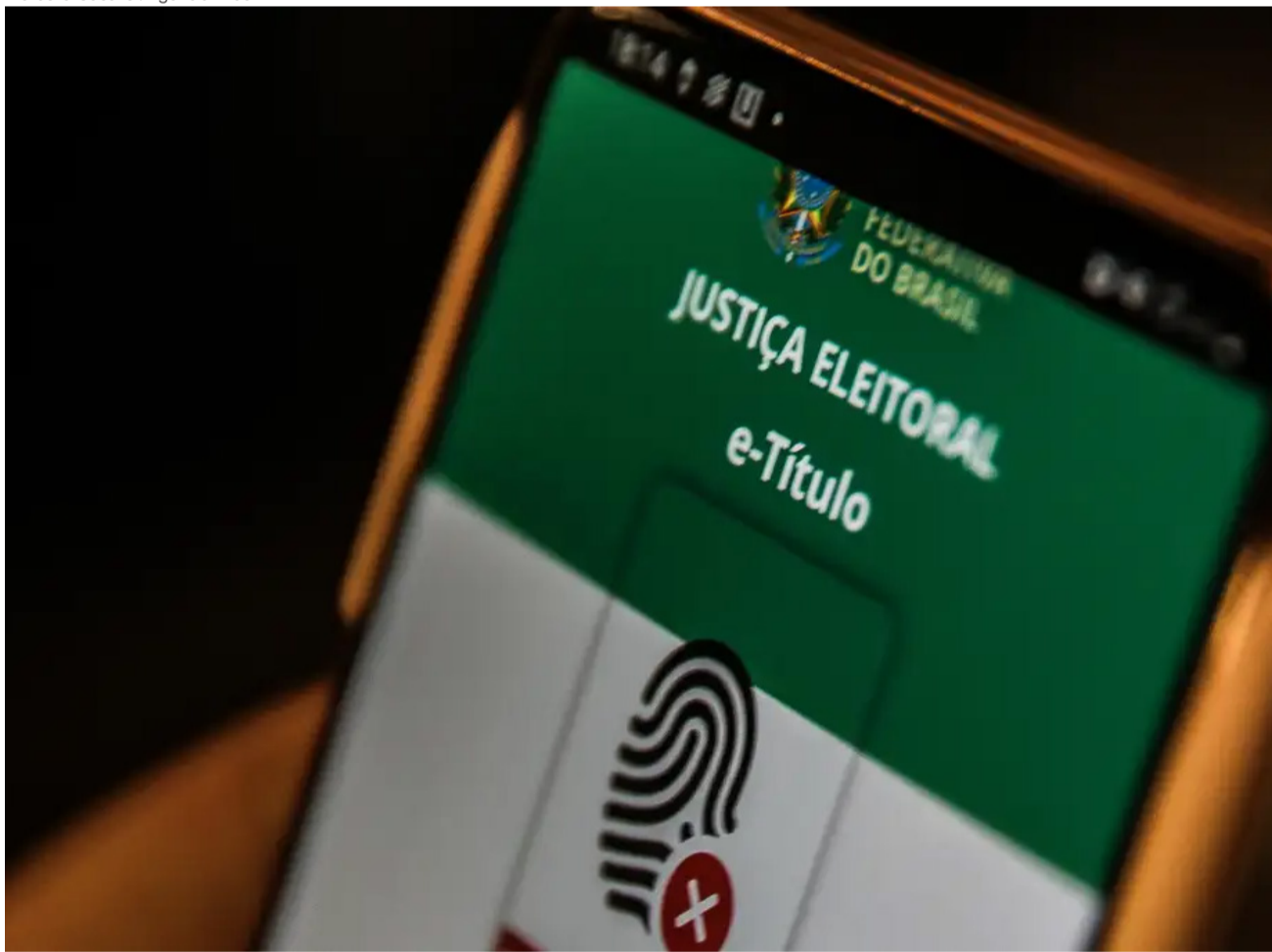
## CIDADANIA

# Unicef incentiva jovens a tirar título eleitoral

Campanha lançada em abril de 2026 busca ampliar participação de adolescentes nas eleições

PÁGINA 09

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



## COMUNICAÇÃO

# Rádio Noroeste moderniza estrutura na capital

PÁGINA 05

## EDUCAÇÃO

# Goiânia prepara convocação de 102 pedagogos

Prefeitura de Goiânia



PÁGINA 03

## SAÚDE

# Anápolis terá novo Hemocentro para região Centro-Norte

Divulgação



PÁGINA 04

## TEMPO HOJE

Brasília



Máxima 27°C Mínima 18°C  
Tendência Estável

Goiânia



Máxima 29°C Mínima 19°C  
Tendência Estável

Palmas



Máxima 29°C Mínima 22°C  
Tendência Estável

## ENTRETENIMENTO

# “The Comeback King” ganha pôster e data de estreia

Divulgação

Comédia com Glen Powell chega aos cinemas em 5 de fevereiro de 2027

A REDAÇÃO - A Universal Pictures divulgou o título e o primeiro pôster de “The Comeback King”, nova comédia estrelada por Glen Powell e dirigida por Judd Apatow. O filme tem estreia prevista para o dia 5 de fevereiro de 2027.

Na trama, Powell interpreta uma estrela da música country em decadência. O elenco também conta com Cristin Milioti, Madylin Cline, Stavros Halkias e Li Jin Hao.

O roteiro é assinado por Judd Apatow em parceria com o próprio Glen Powell. Em publicação nas redes sociais, o ator compartilhou o pôster do longa e confirmou a data de lançamento.

A produção é da Apatow Productions, com par-



ticipação de Powell e Dan Cohen, pela Barnstorm, em parceria com Kevin

Misher. Barry Mendel e Josh Church atuam como produtores executivos.

Glen Powell mantém parceria com a Universal desde “Twisters” (2024),

produção que teve desempenho expressivo nas bilheterias. O ator também

participa de outros projetos em desenvolvimento no cinema.

## ESPORTE

# McLaren confirma Lambiase para 2028

Divulgação

A McLaren confirmou, nesta quinta-feira (09/04), a contratação de Gianpiero Lambiase para a função de diretor de corrida a partir da temporada 2028 da Fórmula 1.

A chegada do engenheiro à equipe britânica ocorre após a confirmação de sua saída da Red Bull Racing ao fim da temporada 2027. Lambiase atualmente atua como engenheiro de corrida de Max Verstappen e seguirá na função até o término do contrato.

A negociação foi inicialmente divulgada pela imprensa internacional e confirmada horas depois pelas equipes envolvidas. Em comunicado, a McLaren destacou que a contratação integra a estratégia de fortalecimento técnico e organizacional do time.



No novo cargo, Lambiase se reportará diretamente ao chefe da equipe,

Andrea Stella, que atualmente acumula a função. Segundo a equipe, a

contratação reforça o compromisso de longo prazo com a competitividade na

categoria. A McLaren informou ainda que aguarda a chegada do profissional

após o encerramento de seu vínculo atual, previsto, no máximo, para 2028.

## Gazeta

Alameda do Contorno, 1508, Qd. 37, Lt. 05,  
Santo Antônio, CEP: 74.853-120, Goiânia-GO

**DIRETOR PRESIDENTE**  
Adão dos Reis Gonçalves  
adao@gazetadoestado.com.br

**VICE PRESIDENTE**  
Nana Gonçalves  
nana@gazetadoestado.com.br

**COMERCIAL**  
Tel: (62) 3249-8883  
comercial@gazetadoestado.com.br

**PUBLICAÇÃO LEGAL**  
Tel: (62) 3249-8883  
editais@gazetadoestado.com.br

**REDAÇÃO**  
redacao@gazetadoestado.com.br

**DISTRIBUIÇÃO**  
go@gazetadoestado.com.br  
df@gazetadoestado.com.br

**DIAGRAMAÇÃO**  
GT Designer

**DIREÇÃO DE JORNALISMO**  
Adão Gonçalves  
MTB 3719/GO

**EDITOR DE REPORTAGEM**  
Eube Messias  
MTB 3720/GO  
eube.messias@gazetadoestado.com.br

Matérias e artigos assinados não representam a opinião do jornal



Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Gazeta do Estado com circulação em bancas de jornais e dirigida, nos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal.  
**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://www.gazetadoestado.com.br/edicao-digital/>

Assinado Eletronicamente por Certificação Digital  
conforme Lei 13.818/2019  
VERIFICAÇÃO - acesse: [verificador.iti.gov.br](https://verificador.iti.gov.br)

**Gazeta do Estado**  
ICP  
Brasil

Assinado Digitalmente por  
G. EXATA DE COMUNICAÇÃO LTDA  
CNPJ: 04.471.978/0001-92  
Data: 2026/04/10 00:30:39

## EDUCAÇÃO

# Goiânia prepara convocação de 102 pedagogos

Prefeitura de Goiânia

Nomeações devem ser publicadas nos próximos dias

A REDAÇÃO - O prefeito de Goiânia, Sandro Mabel, anunciou que a administração municipal prepara a convocação de 102 pedagogos aprovados no concurso público, edital 001/2020, retomado em 8 de março de 2022.

Segundo o prefeito, os novos profissionais devem reforçar o quadro das escolas municipais. "São 102 novos profissionais que, em breve, estarão nas nossas escolas para ajudar a cuidar e formar nossas crianças", afirmou.

De acordo com a secretária municipal de Educação, Giselle Faria, as nomeações devem ser publicadas nos próximos dias. O concurso



da Prefeitura de Goiânia reuniu 100.535 candidatos para cargos de diferentes níveis.

Além do chamamento, a gestão municipal investiu na valorização dos pro-

fissionais da educação, com pagamento do piso do magistério, auxílio-locomocão excepcional e

bônus anual para professores e servidores administrativos.

Outros investimentos

Em 2025, a rede municipal registrou a abertura de 10 mil novas vagas e a entrega de 56 salas de aula. Também foram destinados R\$ 222 milhões para recuperação da estrutura física e modernização pedagógica das 381 unidades educacionais.

Os investimentos incluíram a aquisição de 1.475 lousas digitais, 15,2 mil tablets, 4,8 mil notebooks e 800 computadores, além da instalação de aparelhos de ar-condicionado nas escolas.

Ainda em 2025, foram aplicados R\$ 55 milhões na merenda escolar, atendendo cerca de 115 mil estudantes da rede municipal e dos Centros Municipais de Educação Infantil (Cmeis).

A administração também destaca a implantação da Central de Vagas como medida para ampliar o acesso à educação pública.

## INFRAESTRUTURA

# Goiás avança na modernização de aeródromos regionais

Silvano Vital

A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) avança na revitalização e modernização de aeródromos regionais em Goiás, com obras concluídas e em execução em dez municípios.

Entre as cidades contempladas estão Uruaçu, cidade de Goiás, Porangatu, São Miguel do Araguaia, Catalão, Morrinhos, Niquelândia, Ipameri e Goiatuba.

### MODERNIZAÇÃO DE AERÓDROMOS

Em março de 2026, o Estado inaugurou a reestruturação do aeródromo de Goiatuba, no Sul goiano. As obras incluíram a pavimentação de 1,3 quilômetro da pista de pouso e decolagem, além da reestruturação do taxiway (TWY), pátio de manobra e cercamento da área, com



investimento de R\$ 5,1 milhões.

A expectativa é que o novo aeródromo contribua para o desenvolvimento econômico local

e facilite o transporte de pessoas e cargas.

As obras dos aeródromos de Uruaçu, cidade de Goiás e Porangatu foram concluídas em 2025. Na

cidade de Goiás, os serviços incluíram pintura geral, substituição de portas e ajustes na cobertura. Em Porangatu, foram realizados reparos estruturais,

nova divisão de ambientes e polimento do piso. Já em Uruaçu, houve pintura completa e reconfiguração dos espaços internos.

Nos municípios de

São Miguel do Araguaia e Niquelândia, as intervenções contemplaram recuperação do piso, pintura, substituição do telhado e melhorias no acabamento interno.

Além das obras já concluídas, seguem em execução intervenções em Ipameri, Catalão e Morrinhos, com serviços de pintura, instalação de pisos e porcelanatos e ajustes nos telhados. A previsão de entrega é para a segunda quinzena de abril de 2026.

O município de Alto Paraíso também conta com projeto executivo em elaboração, com foco na ampliação da infraestrutura aérea e no fortalecimento do turismo regional.

Segundo a presidente da Goinfra, Eliane Simoni, os investimentos visam ampliar a infraestrutura e impulsionar o desenvolvimento regional.

## SAÚDE

# Anápolis terá novo Hemocentro para região Centro-Norte

Divulgação

Unidade atenderá cerca de 1,1 milhão de pessoas

**REDAÇÃO** - O município de Anápolis terá um novo Hemocentro para atender a macrorregião Centro-Norte do estado. O anúncio foi feito nesta quinta-feira (09), durante cerimônia realizada no Teatro Municipal da cidade.

A unidade será construída na Rua J, no bairro Cidade Jardim, em uma área de aproximadamente 2 mil metros quadrados, em frente à Avenida Brasil Norte. O Hemocentro será a 10ª unidade do estado e atenderá 60 municípios, beneficiando cerca de 1,1 milhão de pessoas.

A construção será realizada por meio de parceria entre o Governo de Goiás e a Prefeitura de Anápolis. O município será responsá-



vel pela cessão do terreno, enquanto o Estado executará o projeto e a obra, com investimento de R\$ 4,8 milhões.

Segundo o governador Daniel Vilela, a unidade seguirá modelo já adotado

em Goiânia, com foco no atendimento humanizado.

O Hemocentro terá capacidade para coletar até 2.640 bolsas de sangue por mês e contará com estrutura para coleta, produção, armazenamento e distri-

buição de hemocomponentes para a rede de saúde da região.

A unidade também terá ambulatório especializado para atendimento de pacientes com doenças hematológicas e raras,

como coagulopatias e hemoglobinopatias.

De acordo com o prefeito Márcio Corrêa, a implantação do Hemocentro atende a uma demanda antiga do município e deve ampliar o

acesso da população aos serviços de saúde.

A proposta inclui ainda a formação de uma rede de doação de sangue, com parcerias com instituições de ensino, setor produtivo e órgãos públicos.

## ECONOMIA

# Cesta básica sobe nas 27 capitais em março

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Os custos da cesta básica aumentaram nas 27 capitais brasileiras em março de 2026, segundo levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

De acordo com o estudo, São Paulo apresentou o maior valor médio, de R\$ 883,94, enquanto Aracaju registrou a cesta mais barata, com custo médio de R\$ 598,45.

Entre os alimentos que mais impactaram o aumento estão feijão, batata, tomate, carne bovina e leite. Já o açúcar apresentou queda em 19 cidades, influenciado pelo excesso de oferta.

As maiores altas percentuais foram registra-



das em Manaus (7,42%), Salvador (7,15%), Recife (6,97%), Maceió (6,76%), Belo Horizonte (6,44%), Aracaju (6,32%), Natal

(5,99%), Cuiabá (5,62%), João Pessoa (5,53%) e Fortaleza (5,04%).

Com o salário mínimo fixado em R\$ 1.621,00,

o trabalhador precisou comprometer, em média, 48,12% da renda líquida para adquirir os itens básicos em março de 2026.

O tempo médio necessário para a compra foi de 97 horas e 55 minutos, acima do registrado em fevereiro.

Na comparação anual, houve aumento em 13 cidades e queda em quatro nos últimos 12 meses, com destaque para altas em Aracaju (5,09%), Salvador (4,51%) e Recife (4,38%). As principais reduções foram observadas em Brasília (-4,63%) e Florianópolis (-0,91%).

O levantamento também aponta que o preço do feijão subiu em todas as capitais, influenciado por restrição de oferta, dificuldades na colheita, redução de área plantada e impacto das chuvas nas principais regiões produtoras.

Segundo os dados, o salário mínimo necessário para suprir as despesas básicas de uma família de quatro pessoas seria de R\$ 7.425,99 em março de 2026, equivalente a 4,58 vezes o valor vigente.



Somos Impresso  
Somos Digital  
Somos Conteúdo

**Gazeta do Estado**

**Publicidade Legal**

O Gazeta do Estado está apto e atualizado com as novas exigências da Lei 13.818/19, para a publicidade legal em jornais (balanços e editais).

Somos o único jornal de grande circulação em Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

(62) 3249-8883 / gazetadoestado.com.br/category/publicacao-legal/  
editais@gazetadoestado.com.br / comercial@gazetadoestado.com.br

### SERRA DO FAÇÃO ENERGIA S.A. CNPJ nº 07.727.966/0001-74

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2025:** Senhores Acionistas, De acordo com as normas legais e societárias, apresentamos o *Relatório da Administração* e as *Demonstrações Financeiras* referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Durante o ano de 2025, a Companhia, focada no aprimoramento constante dos seus processos, comprometida com as metas definidas pelo Conselho de Administração e visando a remuneração de seus Acionistas, aprovou a redução do seu Capital Social no valor de R\$ 100 milhões, por considerá-lo excessivo, além da redução de R\$ 100 milhões realizada em 2024 e R\$ 240 milhões realizada em 2023. A restituição aos Acionistas foi efetuada em dinheiro, com pagamento parcial, no valor de R\$ 80 milhões, realizado em 23 de dezembro de 2025, perfazendo então um total de R\$ 420 milhões em redução de capital nos exercícios de 2023, 2024 e 2025. O saldo remanescente será reduzido no ano de 2026. O processo foi aprovado pelos Conselhos de Administração e Fiscal, e recebeu a anuência prévia da ANEEL. Em relação à escassez hídrica registrada em anos anteriores, e considerando as estimativas do *Generation Scaling Factor–GSF* e do *Preço de Liquidação das Diferenças–PLD*, a Companhia adotou uma estratégia semelhante à de anos anteriores, realizando a aquisição antecipada de energia elétrica para o respectivo exercício. Essa abordagem gerou bons resultados, especialmente no que diz respeito à estratégia adotada para suprir os volumes decorrentes da exposição ao GSF, bem como da redução da garantia física. Além disso, essa estratégia gerou um ganho econômico e financeiro de aproximadamente R\$ 8,1 milhões para a Companhia. No âmbito socioambiental, a SEFAC reafirmou seu compromisso com a transparência e a excelência ao alinhar suas atividades e processos às melhores práticas do mercado, fortalecendo sua participação no Programa Brasileiro *GHG Protocol*. Como destaque, a Companhia aprimorou seus procedimentos para a publicação e divulgação de inventários no Registro Público de Emissões de gases de efeito estufa. Em 2025, esse contínuo empenho foi reconhecido com a conquista do renomado “Seló Ouro”, após um rigoroso processo de auditoria e certificação que validou a precisão e a confiabilidade das informações reportadas. A Serra do Fação Energia S.A., ao final do exercício de 2025, no décimo quinto ano consecutivo de operação comercial com capacidade total, apresentou resultados econômicos e financeiros positivos, superiores aos verificados em 2024. A melhoria do desempenho econômico-financeiro decorreu, substancialmente, dos seguintes fatores: (i) redução das taxas de inflação em relação aos anos anteriores, com impacto direto na diminuição dos custos associados ao Uso do Bem Público (UBP); (ii) maior rentabilidade das aplicações financeiras; (iii) aquisição antecipada de energia para mitigação das exposições decorrentes do GSF no ACL (Ambiente de Contratação Livre); e (iv) implementação de ações gerenciais conduzidas pela Diretoria Executiva com foco na redução de custos gerenciais. Adicionalmente, a consolidação do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas e Otimização de Processos resultou em redução anual recorrente de aproximadamente R\$ 2,5 milhões nos custos de PMSO, reforçando a disciplina orçamentária por meio de um rigoroso controle de despesas e otimização de recursos, garantindo eficiência operacional sem comprometer a qualidade dos processos. Em 2025, considerando exclusivamente os custos recorrentes, a redução representou 4,2% do PMSO total. A Companhia encerrou o exercício com lucro líquido de R\$ 89,293 milhões, correspondente a uma margem líquida de 18,3%. O resultado superou em R\$ 9,3 milhões a meta estabelecida no Plano Operacional. Ressalte-se que esse desempenho foi alcançado mesmo diante do impacto decorrente da contabilização do Uso do Bem Público (UBP), ajuste de natureza exclusivamente contábil que afeta o resultado econômico, sem refletir, contudo, no desempenho operacional da Companhia. Na análise comparativa com o Plano Operacional de 2025, destacam-se como principais impactos no Resultado: (i) atuações estratégicas da Administração na gestão dos custos gerenciais, com foco em reduções relevantes; (ii) variação positiva decorrente do reajuste dos contratos de venda de energia com base no IPCA; (iii) variação positiva nas receitas financeiras; (iv) variação positiva nos custos referentes ao Uso do Bem Público (UBP), influenciada pelos índices de inflação (IPCA e IGP-M); (v) variação positiva relacionada a provisões, incluindo aquelas associadas às ações de IDP; (vi) variação negativa na compra e liquidação de energia, em razão das alterações nas premissas de GSF e PLD; e (vii) variação negativa nos custos não gerenciais. Adicionalmente, cabe destacar a elevada capacidade de geração de caixa da Companhia, característica que vem se tornando cada vez mais contínua e sólida ao longo dos anos, especialmente após a quitação antecipada do financiamento junto ao BNDES, em 2021. Ressaltam-se, ainda, as reduções de capital social concluídas entre 2023 e 2025, no montante de R\$ 420 milhões, as quais contribuíram para a maximização dos resultados financeiros, agregando valor à Companhia no longo prazo e proporcionando uma forma alternativa de remuneração aos Acionistas. Em relação ao UBP, desde o ano de 2015, tais valores têm sido registrados como ativo intangível, sendo mensalmente amortizados e corrigidos a valor presente. O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) — equivalente ao Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização – LAJIDA totalizou R\$ 166,864 milhões, apresentando variação negativa de 4,5% em relação ao previsto no Plano Operacional de 2025 e variação positiva de 3,6% quando comparado ao exercício de 2024. Os custos gerenciais apresentaram redução de R\$ 3,3 milhões em relação ao Plano Operacional de 2025 e aumento de R\$ 5,5 milhões quando comparados a 2024, o que corresponde a uma variação nominal de 21%. Importa destacar que esse acréscimo em relação ao exercício anterior foi impactado por despesa não recorrente relacionada a recuperação dos taludes da estrada de acesso à Casa de Força da Usina, no montante aproximado de R\$ 6,6 milhões. Desconsiderando esse efeito extraordinário e analisando exclusivamente os custos recorrentes, verifica-se redução de R\$ 1,1 milhão em comparação a 2024, equivalente a 4,2%. No mesmo período, a variação inflacionária foi de 4,26%. Conforme inicialmente previsto, a estratégia adotada pela SEFAC em relação à Repactuação do Risco Hidrológico para os contratos firmados no ACR, formalizada em janeiro de 2016, manteve-se efetiva ao longo do exercício. Apesar das variações relevantes dos índices de GSF no período, observou-se relevante “custo evitado” em decorrência da repactuação. A referida estratégia demonstrou-se acertada e vem apresentando resultados positivos de forma consistente ao longo dos últimos anos. Ainda em relação à Repactuação do Risco Hidrológico, conforme previsto na Resolução Homologatória 2.932 de 17 de setembro de 2021, da ANEEL, a Companhia assinou, em 12 de novembro de 2021, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o *Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Assistência e Renúncia ao Direito de Discutir a Isenção ou a Mitigação de Riscos Hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE*. No mês de dezembro de 2021, a Companhia contabilizou os valores complementares referentes à extensão da concessão. O valor da *Repactuação do Risco Hidrológico* está sendo amortizado de forma linear, compreendendo o período de janeiro de 2022 até o final da concessão, estendida até novembro de 2040. No que se refere à geração de energia, a Companhia alcançou, até dezembro de 2025, volume acumulado de geração bruta de 9.122,277 MWh desde o início da operação comercial, em 2010. Esse resultado foi obtido em conformidade com a programação de geração estabelecida pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), visando ao atendimento das demandas do SIN (Sistema Interligado Nacional). Adicionalmente, destaca-se que, ao longo do exercício, a Usina registrou Índice de Disponibilidade de 99,42%, evidenciando elevado padrão de desempenho operacional. No que se refere à segurança das instalações e dos colaboradores, destaca-se que a Companhia encorreu o exercício com 1.952 dias sem registro de acidentes de trabalho com afastamento envolvendo empregados próprios e 3.618 dias sem ocorrências dessa natureza considerando exclusivamente os profissionais de empresas prestadoras de serviços. No ano de 2025, a Companhia assegurou, mais uma vez, a manutenção da Certificação do Sistema de Gestão Ambiental, em conformidade com a norma ABNT NBR ISO 14001:2015, por meio de um criterioso processo de recertificação conduzido pela Fundação Vanzolini, renomada instituição externa de auditoria. Essa certificação, mantida de forma contínua desde sua obtenção inicial no ano de 2017, tem como objetivo garantir que todas as atividades realizadas pela Companhia, bem como por sua cadeia de fornecedores, estejam em plena conformidade com as legislações ambientais vigentes, abrangendo os âmbitos municipal, estadual e federal. Tal realização reafirma o compromisso da Companhia com a sustentabilidade e a excelência na gestão ambiental ao longo dos anos. No que se refere às ações socioambientais, destaca-se a consolidação do cumprimento das obrigações ambientais da Companhia, em conformidade com as condicionantes estabelecidas na Licença de Operação vigente. A Licença de Operação do empreendimento permanece vigente, uma vez que todas as obrigações atribuídas à Companhia vêm sendo cumpridas, em especial o requerimento de renovação da Licença de Operação, apresentado sob o protocolo nº 001812.000420/2020, com base no §4º, inciso III, art. 18 da Resolução nº 237 do CONAMA, de 19 de dezembro de 1997. O referido requerimento foi protocolado 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento da 2ª Retificação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº 895/2009, emitida em 20 de setembro de 2017, com vigência até 11 de março de 2021. Dessa forma, nos termos da legislação aplicável, a Licença de Operação do empreendimento permanece válida até a emissão da nova Licença de Operação pelo órgão competente. Até a emissão da nova licença, a Companhia reitera que todos os programas socioambientais permanecerão sendo executados em conformidade com o disposto na 2ª Retificação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº 895/2009, bem como de acordo com os entendimentos formalizados entre a Companhia e o IBAMA. A Licença de Funcionamento nº 126/2021, emitida pela

Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável–SEMAD, para operação da Linha de Transmissão (LT 138kV) que conecta a UHE Serra do Fação ao SIN, na subestação Catalão, de propriedade da concessionária Equatorial, distribuidora de energia elétrica do estado de Goiás, está vigente, com validade de dez anos, ou seja, até 15 de março de 2031. Destaca-se, ainda, a participação da Companhia, na condição de representante do setor de usuários de recursos hídricos para fins de geração hidrelétrica no Estado de Goiás, nos Comitês das Bacias do Paranaíba e da Porção dos Rios São Marcos e Veríssimo, cujo mandato foi renovado para o período de 2022 a 2026. No que diz respeito às obrigações regulatórias, cabe mencionar a condução de diversos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em parceria com renomadas universidades e instituições brasileiras, nos termos da Lei 9.991/2000, da Resolução ANEEL nº 435/2011 que instituiu o Programa Setorial de P&D+I, e da Resolução ANEEL nº 605/2014, que implementou o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. No ano de 2025, a Usina Hidrelétrica Serra do Fação completou 15 anos de operação comercial, marco celebrado por meio de evento institucional realizado nas instalações da usina, que reuniu autoridades, conselheiros, Acionistas, colaboradores, polícia militar, corpo de bombeiros, IBAMA, imprensa e demais convidados. As comemorações incluíram a emissão de selo comemorativo, visitas técnicas ao empreendimento, apresentação da Orquestra de Cordas Dedilhadas Nova Vida e o fortalecimento de parcerias institucionais. O evento ressaltou o papel estratégico da usina para o setor elétrico nacional e para o desenvolvimento dos municípios da região, reforçando o compromisso da Companhia com a inovação, a sustentabilidade e a responsabilidade social. Durante o ano, a SEFAC consolidou o Código de Ética e Conduta Empresarial, reforçando práticas de governança corporativa e orientando administradores e funcionários na condução de relações éticas, transparentes e responsáveis, incluindo responsabilidade socioambiental, segurança no trabalho, relações com clientes, fornecedores e comunidade, e respeito ao ambiente de trabalho. Entre as principais iniciativas de gestão e eficiência destacam-se a continuidade do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas e Otimização de Processos, com a adoção de medidas de economia, reestruturação organizacional, redução de custos e melhoria de processos, resultando em ganho aproximado de R\$ 2,5 milhões, e a conclusão da implementação do PCCR – Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações, aprovado pelo Conselho de Administração. O desenvolvimento e a implantação do novo PCCR estão alinhados à estratégia da empresa, com o objetivo de promover maior equidade e motivação entre os funcionários, adotando as melhores práticas de mercado e assegurando a competitividade da organização. Ainda em relação à governança corporativa, destaca-se a continuidade da atuação dinâmica e participativa dos comitês internos da Companhia nos processos técnicos, financeiros, jurídicos, ambientais e de comercialização de energia, agregando valor ao negócio e proporcionando maiores subsídios às decisões do Conselho de Administração. **Perfil da Empresa:** Em 28 de junho de 2001, a *Agência Nacional de Energia Elétrica–ANEEL* realizou o Leilão nº 002/2001, por meio do qual o *Grupo de Empresas Associadas Serra do Fação–GEFAC* arrematou a concessão para exploração do potencial de energia hidráulica localizado no rio São Marcos, entre os municípios de Catalão, Davinópolis, Campo Alegre de Goiás, Ipereme e Cristalina, no estado de Goiás, e Paracatu, no estado de Minas Gerais. O *Contrato de Concessão* nº 129/2001 – ANEEL – *AHE Serra do Fação* e seus aditivos regulam a referida exploração da UHE Serra do Fação. A Usina Hidrelétrica, cuja concessão foi outorgada pelo Decreto de 16 de outubro de 2001, publicado no Diário Oficial de 17 de outubro de 2001, possui potência instalada de 212,58 MW. As instalações de transmissão compreendem uma linha de transmissão de 138 kV, com 32,8 km de extensão e circuito duplo, conectando-se à Subestação Catalão da Equatorial. A energia assegurada da Usina Hidrelétrica em 2025 foi de 174,4 MW médios, dos quais 76,7 MW médios correspondem a ganhos incrementais à jusante. Cabe destacar que, desde janeiro de 2018, conforme a Portaria MME nº 178, de 03 de maio de 2017, a Garantia Física da UHE Serra do Fação foi reduzida de 182,4 MW médios para 178,80 MW médios. De acordo com a Portaria nº 709/GM/MME, de 30 de novembro de 2022, a partir de janeiro de 2023, a Garantia Física da SEFAC foi novamente reduzida em 2,5%, representando 4,4 MW médios, resultando em uma Garantia Física de 174,4 MW médios (GF original na concessão: 182,4 MW médios). Em 31 de dezembro de 2025, a composição acionária da Sociedade e as respectivas participações, após as reduções de capital realizadas no exercício eram as seguintes:

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – AXIA	54,0130%
Alcoa Alumínio S.A.	34,9737%
DME Energética S.A.	11,0133%
<b>Total</b>	<b>100,0000%</b>

A Participação Acionária é composta por ações Ordinárias e Preferenciais, conforme detalhado a seguir:

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – AXIA	43,0262%
Alcoa Alumínio S.A.	43,3294%
DME Energética S.A.	13,6444%
<b>Total</b>	<b>100,0000%</b>

**Ações Preferenciais**

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – AXIA	100%
Alcoa Alumínio S.A.	0%
DME Energética S.A.	0%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Cabe mencionar que, durante o ano de 2019, a Acionista *Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A.*, com base no que determina o *Estatuto Social da Empresa* e o *Acordo de Acionistas*, decidiu retirar-se da sociedade e disponibilizar seu montante de ações aos demais Acionistas, para o exercício de direito de preferência previsto nesses documentos. Na sequência, os Acionistas *Furnas Centrais Elétricas S.A.* (atual *Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – AXIA*) e *DME Energética S.A.* optaram por utilizar essa prerrogativa e decidiram adquirir a cota de participação então ofertada, conforme a forma prevista nos documentos societários. Em 17 de maio de 2021, a *Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A.* transferiu a totalidade de suas ações, conforme consta no livro de registro de ações nº 18, nas páginas 26 e 27. As 28.546.844 ações foram distribuídas na seguinte proporção: 83,0634% ou 23.711.968 ações foram distribuídas para *Furnas Centrais Elétricas S.A.* (atual *Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – AXIA*), e 16,9366% ou 4.834.876 ações foram distribuídas para a *DME Energética S.A.* Durante os anos de 2023 a 2025, foram efetuadas quatro reduções de capital: a primeira, no valor de R\$ 150 milhões, em 30 de junho de 2023; a segunda, no valor de R\$ 90 milhões, em 18 de dezembro de 2023; a terceira, no valor de R\$ 100 milhões, em 2 de agosto de 2024; e a quarta, no valor de R\$ 100 milhões, em 23 de dezembro de 2025, mediante restituição parcial aos Acionistas, no valor de R\$ 80 milhões. O saldo remanescente será restituído no ano de 2026. Todas as restituições implicaram alteração do art. 5º do *Estatuto Social*. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 era composto da seguinte forma:

	Quantidade de ações em 31/12/2025			
	Ordinárias	Preferenciais	%	Total
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – AXIA	35.551.267	43.0262	19.740.788	100,00
Alcoa Alumínio S.A.	35.801.875	43.3294	-	35.801.875
DME Energética S.A.	11.274.070	13.6444	-	11.274.070
<b>Total</b>	<b>82.627.212</b>	<b>100,0000</b>	<b>19.740.788</b>	<b>100,00</b>

	Quantidade de ações em 31/12/2024			
	Ordinárias	Preferenciais	%	Total
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – AXIA	63.334.398	43.0262	35.168.100	100,00
Alcoa Alumínio S.A.	63.780.837	43.3294	-	63.780.837
DME Energética S.A.	20.084.665	13.6444	-	20.084.665
<b>Total</b>	<b>147.199.900</b>	<b>100,0000</b>	<b>35.168.100</b>	<b>100,00</b>

**Situação da Empresa:** A Usina Hidrelétrica Serra do Fação iniciou a operação comercial da Unidade Geradora nº 01 em 13 de julho de 2010, por meio do Despacho ANEEL nº 2.001 de 12 de julho de 2010, publicado no DOU em 13 de julho de 2010. A operação comercial da Unidade Geradora nº 02 foi autorizada pela ANEEL em 7 de agosto de 2010, por meio do Despacho ANEEL nº 2.274, de 6 de agosto de 2010, publicado no DOU em 9 de agosto de 2010. O empreendimento, em conjunto com outras hidrelétricas, integrou o *PAC – Programa de Aceleração do Crescimento*, instituído pelo Governo Federal, visando garantir o fornecimento de energia elétrica para os próximos anos. A UHE Serra do Fação foi inaugurada oficialmente em 19 de outubro de 2010 pelo então Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. A SEFAC obteve do BNDES a autorização para concessão de financiamento no valor de R\$ 520 milhões, firmado no *Contrato de Financiamento nº 09.2.0124-1*, em 5 de março de 2009, totalmente quitado de forma antecipada em abril de 2021, além de um financiamento suplementar no valor de R\$ 56 milhões, firmado sob o nº 09.2.1328-1, totalmente quitado em dezembro de 2010. Com base nas projeções e perspectivas para o ano de 2026, a Administração prevê a continuidade na melhoria dos resultados econômicos e financeiros da Companhia. Ao final

do exercício de 2026, assim como nos anos subsequentes, a Companhia maximizará sua geração de caixa e proporcionará resultados econômicos e financeiros superiores aos apresentados até o momento. A repactuação do risco hidrológico, a compra antecipada de energia elétrica para exercícios futuros, a atuação direta e estratégica da Diretoria Executiva na gestão dos custos gerenciais, com foco em melhorias de processos e reduções de custos, a nova projeção de redução de capital, assim como a iminente repactuação do Uso do Bem Público (UBP), são estratégias diferenciadas e importantes para aprimorar a performance da Companhia, gerando mais retorno aos Acionistas. A Administração continuará envidando todos os esforços para reduzir custos gerenciais, inclusive por meio de sinergia entre as áreas, além da análise e repactuação/renovação de contratos. **Desempenho Econômico e Financeiro**

	dez/25	dez/24	Variação 2025 / 2024
<b>Dados Econômicos-Financeiros (R\$/mil)</b>			
Receita Operacional Bruta	549.979	525.473	4,7%
Receita Operacional Líquida	488.048	468.162	4,2%
EBITDA	166.864	161.091	3,6%
Resultado do Serviço - EBIT	13.895	35.632	-61,0%
Resultado Financeiro - Exceto JSCP	75.398	(863)	8836,6%
Lucro Líquido	89.293	34.769	156,8%
Ativo Total	2.299.058	2.294.129	0,2%
Patrimônio Líquido	5.486	(3.808)	244,1%
Ativo Circulante	532.132	415.086	28,2%
Passivo Circulante	254.983	236.272	7,9%
<b>Indicadores Econômicos</b>	<b>dez/25</b>	<b>dez/24</b>	<b>Variação 2025 / 2024</b>
Geração de Valor - Margem EBITDA	34,19%	34,41%	-0,6%
Margem EBIT	2,85%	7,61%	-62,6%
Margem da Atividade - Margem Líquida	18,30%	7,43%	146,4%
Rentabilidade (Lucro x Ativo Total)	3,88%	1,52%	156,3%
Liquidez Corrente - em pontos	2,09	1,76	18,8%
Liquidez Geral - em pontos	0,30	0,23	31,0%
Giro do Ativo - em pontos	0,21	0,20	4,0%
<b>Ações</b>			
Valor Patrimonial da Ação (por Lote de mil)	53,59	(21)	356,6%
Lucro Líquido por ação (R\$)	872,27	190,65	357,5%

A movimentação do EBITDA está detalhada na tabela a seguir:

	Conciliação do EBITDA		
	2025	2024	Var. %
Lucro Líquido	89.293	34.769	156,8%
Imposto de Renda e CSLL	45.286	17.990	151,7%
Resultado Financeiro	(75.398)	863	-8836,6%
Depreciação e Amortização	107.683	107.470	0,2%
<b>EBITDA</b>	<b>166.864</b>	<b>161.091</b>	<b>3,6%</b>

Considerando a robusta geração de caixa projetada para os próximos anos, associada ao fato da Companhia ainda não poder remunerar seus Acionistas por meio de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, em razão da alteração no processo de contabilização do Uso do Bem Público (UBP), situação caracterizada como um efeito meramente contábil, vêm sendo analisadas e implementadas alternativas voltadas à maximização de caixa e à criação de valor para a Companhia. Dentre essas alternativas, destaca-se a redução de capital em decorrência de excesso de capital social. Parte dessa redução já foi operacionalizada nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, devendo ser concluída em 2026, com a restituição do saldo remanescente referente a 2025, bem como eventuais valores adicionais. A Administração permanece avaliando outras alternativas estratégicas, entre as quais se destacam a quitação antecipada do UBP, novos investimentos e outras iniciativas. **Dados do Investimento, Orçamento Operacional 2026 e Governança Corporativa:** O orçamento para a implantação do empreendimento foi aprovado no valor de R\$ 1,063 bilhão, dos quais aproximadamente 51% corresponderam ao contrato com o *Consórcio de Empresas Fornecedoras de Serra do Fação – COFAC*, e os demais valores estavam principalmente relacionados a custos socioambientais, administração do projeto e compra de aço, cimento e energia elétrica. Os custos ambientais, incluindo a indenização das propriedades atingidas, foram orçados em aproximadamente R\$ 301 milhões, o que correspondeu a cerca de 28% do orçamento da implantação do empreendimento. Os custos associados ao investimento foram totalmente concluídos no ano de 2014, incluindo a assinatura do termo de encerramento do contrato EPC. O orçamento operacional para o exercício de 2026 foi elaborado contemplando custos gerenciais (Administração, O&M, Programas Ambientais e Seguros) estimados em R\$ 27,6 milhões no exercício. O *Plano Operacional* para o exercício de 2026 foi aprovado pelo Conselho de Administração, e a Companhia projeta um lucro de aproximadamente R\$ 105 milhões no período. Todos os resultados financeiros estão baseados em “princípios” e “valores” observados pela Administração, preservando sempre a Governança Corporativa, a Segurança, a Responsabilidade Socioambiental, a transparência, os controles internos, o aprimoramento de fluxos de processos e os procedimentos internos. **Aspectos Socioambientais:** Ao longo do desenvolvimento das atividades ambientais, todos os órgãos do IBAMA, das Secretarias de Meio Ambiente Estadual e Municipal, bem como do Ministério Público Federal, têm sido prontamente respondidos, garantindo a manutenção da *Licença de Operação* do Empreendimento. Atualmente, estão sendo executadas atividades relativas a 16 (dezesseis) Programas Socioambientais previstos na *Licença de Operação*, os quais, em sua maioria, dão continuidade aos *Programas Ambientais* da 1ª Renovação da *Licença de Operação*, emitida no ano de 2017. Até a emissão da nova licença, todos os programas continuarão a ser executados conforme previsto na *2ª Retificação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº 895/2009* e em harmonia com os entendimentos mantidos entre a Companhia e o IBAMA. O cumprimento e o andamento dos programas são consolidados por meio do envio de relatórios anuais. **Benefícios Fiscais Levados aos Municípios e aos Estados de Goiás e Minas Gerais:** No exercício de 2025, durante o período de operação da Usina, os estados de Goiás e Minas Gerais, os municípios abrangidos pelo empreendimento, os ministérios de *Meio Ambiente e de Minas e Energia* e o *Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)* receberam, a título de compensação financeira prevista em legislação específica, um valor aproximado de R\$ 2,892 milhões. Com relação aos municípios, o valor a ser distribuído obedece a dois critérios: 1) o repasse por ganho de energia devido à regularização de vazão; 2) o repasse por área inundada pelo reservatório. Quanto ao restante da distribuição, este rateio é efetuado com base em critérios previamente estabelecidos pela ANEEL, com os respectivos percentuais de distribuição. Considerando o lucro apurado no exercício de 2025, a Companhia, por meio de incentivos fiscais (Lei Rouanet, FIA, Esportes e PRONON), apoiou instituições e órgãos municipais das regiões abrangidas pelo empreendimento, totalizando o montante de R\$ 959 mil. **Operação da Usina e status das obras complementares:** Durante o ano de 2025, a Usina gerou 694.289 MWh de energia bruta (correspondendo a 687,966 MWh de energia líquida) e obteve ótimos resultados de disponibilidade (Índice de 99,42%, comparado a 97,00%, previsto no plano operacional). No período acumulado, abrangendo 60 meses, até o mês de dezembro de 2025, o Índice de disponibilidade foi de 98,85%, superior ao Índice de 94,76% exigido pela ANEEL. Conforme o Plano de Manutenção Plurianual da Usina, baseado na metodologia da MCC – Manutenção Centrada em Confiabilidade, no ano de 2025 não foram realizadas grandes intervenções nas Unidades Geradoras. A parada prevista para modernização do sistema de controle dos Reguladores de Tensão e Velocidade da UG01 somente foi aprovada pelo ONS para janeiro de 2026. Outras atividades relevantes iniciadas e conduzidas ao longo do ano de 2025 foram: a revisão do Plano de Segurança da Barragem (PSB) e do Plano de Ação de Emergência (PAE); a recuperação dos taludes da estrada de acesso à Casa de Força da Usina; a instalação de esferas de sinalização em trechos da LT 138 kV; a supressão de floresta de eucaliptos plantada ao lado da faixa de serviço da LT 138 kV, e a recuperação do sistema de sinalização náutica a montante e jusante da barragem da Usina. **Perspectivas e Agradecimentos:** A operação da Usina, a gestão dos programas socioambientais e o contínuo aprimoramento e otimização dos processos financeiros e administrativos seguirão sendo conduzidos em estrita conformidade com as diretrizes, cronogramas, parâmetros orçamentários e padrões de segurança estabelecidos pelo Conselho de Administração da Sociedade e por seus Acionistas. A Diretoria Executiva tem como objetivos, além da maximização dos resultados econômico-financeiros projetados para o exercício de 2026, a permanente racionalização de custos, por meio da adoção de práticas e procedimentos voltados à otimização dos recursos materiais e de pessoal, sem prejuízo ao atendimento dos requisitos técnicos inerentes à concessão, às condicionantes socioambientais previstas na Licença de Operação vigente e aos elevados padrões de segurança operacional, sempre em observância aos controles internos e às melhores práticas de governança. Aos nossos Acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores internos e externos, órgãos públicos e privados, bem como às instituições financeiras, registramos nosso agradecimento pelo apoio e pela confiança demonstrados ao longo deste período. Rio de Janeiro–RJ, abril de 2026. A Administração

(...) continuação - SERRA DO FAÇÃO ENERGIA S.A. CNPJ Nº 07.727.966/0001-74

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais-R\$)**

ATIVOS	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
<b>CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	222	457
Títulos e Valores Mobiliários	4.2	459.146	345.945
Contas a receber	5	61.079	59.152
Tributos e contribuições sociais		4.011	2.944
Outros ativos		7.675	6.587
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>532.132</b>	<b>415.086</b>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Impostos diferidos	8	140.854	149.312
Fundos Vinculados-Bloqueio Judicial	6	20.580	20.580
Imobilizado	9	543.934	576.119
Intangível	10	1.061.558	1.133.032
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>1.766.925</b>	<b>1.879.043</b>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>2.299.058</b>	<b>2.294.129</b>
<b>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>CIRCULANTES</b>			
Fornecedores	12	13.943	8.579
Tributos e contribuições sociais		5.039	4.326
Encargos do consumidor a recolher		10.581	10.468
Uso do bem público	11	215.970	202.012
Provisões	13	7.077	7.703
Outros passivos		2.373	3.184
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>254.983</b>	<b>236.272</b>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Uso do bem público	11	1.952.305	1.997.322
Provisões	13	86.284	64.343
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>2.038.589</b>	<b>2.061.665</b>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>		<b>2.293.572</b>	<b>2.297.937</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	14	102.368	182.368
Prejuízos acumulados		(96.882)	(186.176)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>5.486</b>	<b>(3.808)</b>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.299.058</b>	<b>2.294.129</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais-R\$, exceto lucro (prejuízo) por lote de mil ações)**

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
<b>RECEITAS</b>			
<b>CUSTO DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS</b>			
Compra energia elétrica		(44.188)	(34.040)
Apropriação do prêmio de risco hidrológico	7	(17.617)	(16.846)
Amortização do UBP	10	(64.645)	(64.645)
Amortização GSF Lei 14.052/2020	10	(5.826)	(5.826)
Depreciação e amortização	9/10	(36.904)	(36.697)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão		(11.790)	(10.501)
Programas ambientais	22	(4.865)	(4.454)
Pessoal-Programas ambientais	22	(1.934)	(2.725)
Pessoal-Usina		(5.461)	(6.037)
Serviços de terceiros		(8.519)	(1.879)
Material		(1.368)	(441)
Seguros		(2.129)	(2.694)
Outras despesas		(661)	(420)
Taxas CCEE/O.N.S.		(219)	(216)
<b>Total</b>	16.1	<b>(206.127)</b>	<b>(187.422)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>281.921</b>	<b>280.740</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal		(2.744)	(2.525)
Administradores	18	(1.806)	(2.888)
Material		(46)	(34)
Serviços de terceiros		(1.552)	(1.518)
Depreciação e amortização	9/10	(307)	(301)
Seguros		(15)	(19)
Outras despesas	16.2	(15.753)	(17.631)
<b>Total</b>		<b>(22.222)</b>	<b>(24.917)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receita financeira sobre aplicações financeiras		61.798	35.465
Outras receitas financeiras			
Despesas de atualização monetária UBP	11	(178.886)	(237.901)
Outras despesas/receitas financeiras	17	(8.032)	(629)
<b>Total</b>		<b>(125.120)</b>	<b>(203.065)</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(36.828)	(16.308)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8/19	(8.458)	(1.682)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	14	<b>89.293</b>	<b>34.769</b>
Resultado básico do período por lote de mil ações (em reais-R\$)	14	0,495	0,145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais-R\$)**

	Nota explicativa	2025	2024
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	14	89.293	34.769
Outros resultados abrangentes			
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>	14	<b>89.293</b>	<b>34.769</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais-R\$, exceto quando especificado de outra forma)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** 1.1. A Companhia: A Serra do Fação Energia S.A. ("Companhia" ou "SEFAC") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de outubro de 2005. A Companhia tem por objetivo a exploração do potencial de energia hidráulica do Rio São Marcos, nos municípios de Catalão, Davinópolis, Campo Alegre de Goiás, Ipameri e Cristalina, no estado de Goiás, e Paracatu no estado de Minas Gerais, denominado Usina Hidroelétrica Serra do Fação ("UHE Serra do Fação"). A sede da Companhia está localizada na cidade de Davinópolis/GO, na Rodovia GO 301, km 7, S/N-Edifício Escritório A-Zona Rural. A UHE Serra do Fação iniciou a operação comercial da Unidade Geradora nº 1 em 13 de julho de 2010, autorizada por meio do Despacho ANEEL nº 2.001, de 12 de julho de 2010. A Unidade Geradora nº 2 teve sua operação comercial autorizada pela ANEEL em 7 de agosto de 2010, por meio do Despacho ANEEL nº 2.274, de 6 de agosto de 2010. A concessão para produção de energia elétrica foi outorgada pelo Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), por meio do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 129/2001, assinado em 7 de novembro de 2001, e seus aditivos, vigendo pelo prazo de 35 anos, a partir da data de sua assinatura, e que poderá ser prorrogado, com base no próprio contrato de concessão, de acordo com a cláusula segunda do referido contrato, mediante cumprimento dos requisitos e processos ali mencionados, tais como: relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante o requerimento prévio com antecedência de 36 meses antes do seu término. Na data de 12 de novembro de 2021, a Companhia assinou com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) o Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia ao Direito de Discutir a Isenção ou a Mitigação de Riscos Hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), com a extensão da concessão por um período adicional de 1.472 dias, a contar do final do prazo de concessão original. Na data de 15 de junho de 2023, foi assinado o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 129/2001, que estendeu a concessão. O extrato do contrato foi publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 19 de junho de 2023, na Seção 3, página 128. 1.2. Capacidade de geração: A UHE Serra do Fação tem potência instalada de 212,58 MW (2 turbinas com potência de 106,29 MW cada) e garantia física atual de 174,4 MW médios. Desde janeiro de 2018, conforme Portaria MME nº 178, de 3 de maio de 2017, a Garantia Física da UHE Serra do Fação foi reduzida para 178,80 MW médios. Conforme Portaria nº 709/GM/MME, de 30 de novembro de 2022, a partir de janeiro de 2023 a Garantia Física da SEFAC foi reduzida em 2,5%, representando 4,4 MW médios, resultando em uma Garantia Física atual de 174,4 MW médios (GF original na concessão: 182,4 MW médios). A Revisão Ordinária da Garantia Física de Energia das Usinas Hidroelétricas Despachadas Centralizadamente no SIN (Sistema Interligado Nacional) faz parte do processo de concessão. As revisões ocorrem a cada período de 5 (cinco) anos, onde os novos valores são obtidos por meio da aplicação de metodologias, premissas e critérios específicos do setor, sendo que a TEIF (Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada) e IP (Indisponibilidade Programada) fazem parte dessa definição/revisão. 1.3. Comercialização de energia elétrica: Por meio do leilão para novos empreendimentos de geração de energia realizado pela ANEEL em 16 de outubro de 2007, foram contratados 121 MW médios de energia, pelo preço médio de R\$131,49 (R\$346,58 atualizado até 31 de dezembro de 2025) e, por meio do Termo de Acordo firmado entre os Acionistas da Companhia, foram vendidos à Acionista Alcoa Alumínio S.A. (Alcoa), pelo mesmo valor firmado no leilão, 60 MW médios de energia. Os referidos contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (121 MW médios de energia) e no Ambiente de Contratação Livre (60 MW médios de energia), de acordo com as regras do leilão foram celebrados no período de suprimento compreendido entre o dia 1º de janeiro do ano de 2012 e 31 de dezembro de 2041, independentemente do prazo final da concessão, permissão ou autorização da SEFAC terminar no ano de 2040, após a assinatura do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em 12 de novembro de 2021, assim como da assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 129/2001, na data de 15 de junho de 2023. De acordo com as regras do Leilão nº 001/2007 e com base nos contratos estabelecidos com os clientes, contratos estes registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), na eventualidade de o prazo final da concessão ou autorização do comprador ou vendedor encerrar-se antes do término do período de suprimento, o sucessor da titularidade

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais-R\$)**

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>		282.368	(220.945)	61.423
Redução Capital Social	14	(100.000)	-	(100.000)
Lucro Líquido do Exercício		-	34.769	34.769
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>		182.368	(186.176)	(3.808)
Redução Capital Social	14	(80.000)	-	(80.000)
Lucro Líquido do Exercício		-	89.293	89.293
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025</b>	14	<b>102.368</b>	<b>(96.882)</b>	<b>5.486</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais-R\$)**

	Nota explicativa	2025	2024
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro do exercício	14	89.293	34.769
Ajustes em:			
GSF Lei 14.052/2020	10	5.826	5.826
Amortização do UBP	10	64.645	64.645
Depreciação e amortização	9/10	37.211	36.999
Imposto de renda e contribuição social	19	45.286	17.990
Despesas de atualização monetária UBP	11	178.886	237.901
Receitas Financeiras		(61.798)	(35.465)
Constituição/atualização monetária de provisões		21.969	16.724
(Aumento) redução de ativos:			
Contas a receber		(1.927)	(3.915)
Tributos e contribuições sociais		(7.856)	(29.764)
Outros ativos		(1.088)	(414)
Aumento (redução) de passivos:			
Fornecedores		5.364	(166)
Tributos e contribuições sociais		713	93
Encargos do consumidor a recolher		113	(223)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(30.338)	13.069
Outros passivos		(810)	1.471
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>345.789</b>	<b>359.538</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Títulos e valores mobiliários		(51.403)	(53.790)
Imobilizado e intangível	9/10	(4.677)	(11.878)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(56.080)	(65.668)
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Redução de Capital Social	14	(80.000)	(100.000)
Pagamento do Uso do bem público	11	(209.944)	(201.629)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(289.944)	(301.629)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(235)</b>	<b>(7.759)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		457	8.216
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		222	457
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(235)</b>	<b>(7.759)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais-R\$)**

	Nota explicativa	2025	2024
<b>RECEITAS</b>			
Venda de energia e serviços	15	549.979	525.473
<b>Total</b>		<b>549.979</b>	<b>525.473</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>			
Materiais, serviços de terceiros e outros		(127.334)	(99.516)
<b>Total</b>		<b>(127.334)</b>	<b>(99.516)</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>422.645</b>	<b>425.957</b>
DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO	9/10	(107.683)	(107.400)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>		<b>314.963</b>	<b>318.487</b>
<b>VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO</b>			
Receitas financeiras	17	61.798	35.465
<b>Total</b>		<b>376.761</b>	<b>353.952</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>			
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</b>			
<b>Pessoal:</b>			
Remunerações		6.616	7.668
Encargos sociais (exceto INSS)		624	634
Auxílio alimentação		540	673
Convênio assistencial e outros benefícios		2.548	3.386
<b>Total</b>		<b>10.327</b>	<b>12.362</b>
<b>Governo:</b>			
INSS (sobre folha de pagamento)	19	1.617	1.814
Imposto de renda e contribuição social	19	45.286	17.990
<b>Total</b>		<b>46.903</b>	<b>19.804</b>
<b>Outros:</b>			
Outros	15	50.819	48.600
<b>Total</b>		<b>287</b>	<b>282</b>
<b>Financiamentos:</b>			
Juros e variações monetárias		178.886	237.901
Aluguéis		245	235
<b>Total</b>		<b>179.131</b>	<b>238.135</b>
<b>Acionistas:</b>			
Lucro do exercício	14	89.293	34.769
Lucro líquido do exercício		89.293	34.769
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO</b>		<b>376.761</b>	<b>353.952</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

da respectiva concessão assumirá todas as obrigações e direitos previstos nos presentes contratos, inclusive observando as condições relacionadas ao preço da energia vendida. 1.4. Eventos relevantes do exercício: Em relação à escassez hídrica desencadeada em anos anteriores, considerando as estimativas de GSF e PLD, a Companhia adotou estratégia semelhante a anos anteriores, efetuando a aquisição de energia elétrica de forma antecipada para o respectivo exercício, obtendo bons resultados, principalmente em relação a estratégia para suprir os volumes decorrentes da exposição ao GSF. Considerando a liquidação antecipada do financiamento, o tema da redução de capital foi retomado, abrangendo análises econômico-financeiras pertinentes à operação. Após a aprovação do tema pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e ANEEL (através do Despacho nº 2.792 da SFF, datado de 29 de setembro de 2022), o assunto foi encaminhado para apreciação dos Acionistas. A primeira redução de capital, no valor de R\$150 milhões, proposta pela Administração, foi aprovada por maioria absoluta em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), conforme reunião realizada em 13 de abril de 2023. Os recursos financeiros foram transferidos em 30 de junho de 2023, concluindo o processo. A segunda redução de capital, no valor de R\$90 milhões, proposta pela Administração, foi aprovada pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e ANEEL (através do Despacho nº 3.280 da SFF, datado de 4 de setembro de 2023), assim como através de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), por maioria absoluta, conforme reunião realizada em 10 de outubro de 2023. Os recursos financeiros foram transferidos em 18 de dezembro de 2023, concluindo o processo. A terceira redução de capital, no valor de R\$100 milhões, proposta pela Administração, foi aprovada pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e ANEEL (através do Despacho nº 1.424 da SFF, datado de 7 de maio de 2024), assim como através de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), por maioria absoluta, conforme reunião realizada na data de 24 de maio de 2024. Os recursos financeiros foram transferidos em 2 de agosto de 2024, concluindo o processo. A quarta redução de capital, no valor de até R\$100 milhões, proposta pela Administração, foi aprovada pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e ANEEL (através do Despacho nº 1.532 da SFF, datado de 22 de maio de 2025), assim como através de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), por maioria absoluta, conforme reunião realizada na data de 17 de julho de 2025. Os recursos financeiros foram transferidos parcialmente em 23 de dezembro de 2025, perfazendo um total de R\$420 milhões em redução de capital nos exercícios de 2023, 2024 e 2025. O saldo remanescente será reduzido no ano de 2026. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia totaliza R\$102.368, representado por 102.368.000 ações, sendo 82.627.212 ações ordinárias e 19.740.788 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: 2.1. Declaração de conformidade: As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC e as normas internacionais de relatório financeiro "International Financial Reporting Standards-IFRS", emitidas pelo "International Accounting Standards Board-IASB", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. A Companhia também adota as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e nas normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para determinação dos ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, quando aplicáveis. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em real-R\$, que é a moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: As práticas contábeis críticas são aquelas essenciais para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia, exigindo os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração. Isso ocorre frequentemente devido à necessidade de realizar estimativas que têm impacto sobre questões que

são inerentemente incertas. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considera como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e dos seus passivos. 2.5. Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional: A Companhia preparou as demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As políticas contábeis dessas demonstrações financeiras são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e, portanto, devem ser lidas em conjunto. 3.1. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01.01.2025: A partir de 01.01.2025 estão vigentes as alterações retrospectivas com regras específicas nos seguintes pronunciamentos contábeis, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia: • Alterações à IAS 21: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio Intitulado Falta de Convertibilidade. OCPD 10-Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de emissão ("allowances") e Crédito de Descarboxilação-CBIO. A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira, os resultados da Companhia ou as divulgações nas demonstrações financeiras. 3.2. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis: • Alterações aos IFRS 9 e ao IFRS 7: Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. • Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS-Volume 11: Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação,

(...) **continuação-SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A. CNPJ Nº 07.727.966/0001-74**

passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de "hedge" em um "hedge" efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e UBP a pagar, todos mensurados ao custo amortizado.

• Desreconhecimento: Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle dele, ela continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. Tanto o ativo transferido quanto o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações retidos pela Companhia. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação associada é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. • Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. • Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 3.16. Demonstração dos Fluxos de Caixa-("DFC"): A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto. A Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os juros pagos como atividade de financiamento por entender que representam custos para obtenção de seus recursos financeiros. A Companhia também trata o pagamento/amortização das obrigações relativas ao UBP como atividade de financiamento, pois entende que o passivo de UBP refere-se a um financiamento concedido pelo Poder Concedente, no momento de assinatura do contrato de concessão. 3.17. Demonstração do Valor Adicionado-("DVA"): A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09-Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. CAIXA E EQUIVALENTES E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:  
4.1. Caixa e equivalentes  
Banco Conta Movimento  
4.2. Títulos e valores mobiliários  
Instituição financeira  
Aplicações financeiras:  
Fundos de Renda Fixa (FRF)

	31/12/2025	31/12/2024
Banco Conta Movimento	222	457
	222	457
Instituição financeira	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras:		
Fundos de Renda Fixa (FRF)	459.146	345.945
	459.146	345.945

As aplicações financeiras do exercício tiveram um rendimento médio de 103,98% da variação do CDI, são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor, pois todos os recursos estão aplicados com liquidez diária.

5. CONTAS A RECEBER  
Consumidores-Fornecimento  
Partes relacionadas-Suprimentos (nota explicativa nº 18)  
Energia Elétrica Curto Prazo CCEE (\*)

	31/12/2025	31/12/2024
Consumidores-Fornecimento	42.782	41.956
Partes relacionadas-Suprimentos (nota explicativa nº 18)	17.743	16.926
Energia Elétrica Curto Prazo CCEE (*)	554	270
	61.079	59.152

O prazo médio de vencimento do saldo de contas a receber é de 45 dias para terceiros e 15 dias para os contratos com partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2025 não há créditos vencidos. (\*) Trata-se do reconhecimento de valores a receber junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) referente ao saldo das operações mensais relacionadas à energia secundária, porém ainda não recebidas.  
6. FUNDOS VINCULADOS-BLOQUEIO JUDICIAL  
Banco Bradesco S.A.  
Caixa Econômica Federal

	31/12/2025	31/12/2024
Banco Bradesco S.A.	20.578	20.578
Caixa Econômica Federal	2	2
	20.580	20.580

A Serra do Fação Energia S.A.-SEFAC vem apresentando defesa arguindo a ilegitimidade passiva na ação judicial relacionada ao Processo 0092249.34.2018.8.26.0100-Incidente processual de descon sideração de Personalidade Jurídica-6ª Vara de São Paulo-Foro central João Mendes. Trata-se de pedido de descon sideração da personalidade jurídica apresentado por IVETE MARIA PIRES DA COSTA em face de SERRA DO FACÃO PARTICIPAÇÕES S.A. e outros. Na data de 19 de abril de 2022, foi efetuado o bloqueio no valor de R\$20.580. O bloqueio teve como base a decisão do Juiz de 1º grau que não acatou os argumentos da defesa da SEFAC. Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 (e), a Companhia registrou em 2023 provisão para riscos relacionados à referida causa.  
7. PRÊMIO DO RISCO HIDROLÓGICO: Em 18 de janeiro de 2016, a SEFAC formalizou junto à ANEEL o Termo de Repactuação do Risco Hidrológico-ACR e demais documentos requeridos na Resolução Normativa nº 684, como condição de eficácia da repactuação prevista na Lei nº 13.203/2015. O início do pagamento do prêmio referente ao risco hidrológico foi postergado para o mês de julho de 2020, logo após o encerramento da amortização das despesas pagas antecipadamente, que se encerrou em 30 de junho de 2020, após ter sido iniciado em 1º de janeiro de 2016. A repactuação dos contratos regulados tem como contrapartida o pagamento mensal, a partir de 1º de julho de 2020, à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiraria Tarifária ("CCRB"), sendo o referido pagamento composto pela multiplicação de 121 MW médios pelo prêmio de risco unitário (R\$9,50/MWh) do produto escolhido (SP-100), conforme apresentado no anexo I da resolução supracitada. O valor do prêmio de risco unitário é reajustado em janeiro de cada ano, a partir da variação do IPCA, tendo sido definido o valor de R\$16,62/MWh para o período de janeiro de 2025 a dezembro de 2025, totalizando o custo mensal médio para a Serra do Fação no valor aproximado de R\$1.496. O valor contabilizado está sendo amortizado em parcelas iguais e consecutivas até o final da concessão estendida, observando o referido Termo, assim como o quarto termo aditivo ao contrato de concessão, onde o novo prazo de concessão passou a ser novembro de 2040.

8. IMPOSTOS DIFERIDOS  
Prejuízos fiscais e base negativa  
Diferenças temporárias

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos fiscais e base negativa	343.635	116.836
Diferenças temporárias	70.641	24.018
	140	854

Movimentação dos impostos diferidos  
Movimentação Prejuízos Fiscais e Base Negativa  
Saldo no início do exercício  
Movimentação  
Lucro antes do IR e CSLL  
(+) PL Administradores  
(+) PL Colaboradores  
(+) Outras  
(+) Provisão processo civil SFP  
(+) Provisão de honorários de êxito-SFP  
(+) Atualização da Compensação Ambiental  
(+) Doações Lei Rouanet, FIA e Esportes  
(+/-) Adições/Exclusões Contingências (Dif. Temporárias)  
Base de cálculo  
Compensação Prejuízos Fiscais e Base Negativa  
IRPJ-25% Base Negativa  
CSLL-9% Base Negativa  
IRPJ-25% Diferenças Temporárias  
CSLL-9% Diferenças Temporárias  
Encargos fiscais  
Saldo no fim do exercício  
Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social constituída à alíquota de 9%. Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, a Administração entende que o saldo de impostos diferidos será realizado com previsão até dezembro de 2031, antes do final do período de concessão da Companhia. A seguir demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos registrados:

	31/12/2025	31/12/2024
2026	16.522	19.471
2027	23.991	23.991
2028	26.496	26.496
2029	30.178	30.178
2030	24.196	24.196
2031	140.854	140.854

	31/12/2025		31/12/2024	
	Taxas anuais Médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>9. IMOBILIZADO</b>				
Edificações, obras e benfeitorias	3,33%	618	(282)	336
Móveis e utensílios	10%	292	(220)	72
Veículos	14,29%	100	(100)	0
Máquinas e equipamentos	20%	477	(309)	168
Subtotal		1.487	(911)	576
<b>Imobilizado (Operação)</b>				
Terrenos	3,33%	142.764	(66.502)	76.262
Reservatórios, barragens e adutoras	3,33%	160.145	(80.625)	79.520
Edificações, obras e benfeitorias	3,33%	406.486	(204.446)	202.040
Máquinas e equipamentos	3,33%	384.910	(201.628)	183.282
Veículos	14,29%	1.188	(918)	270
Móveis e utensílios	10%	502	(243)	259
Subtotal		1.095.995	(554.362)	541.633
<b>Imobilizado (Em curso)</b>				
Reservatórios, barragens, adutoras		111	-	111
Máquinas e equipamentos		1.614	-	1.614
Depósitos judiciais		-	-	-
Subtotal		1.725	-	1.725
Total		1.099.270	(555.273)	543.994

As movimentações do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram as seguintes:

	31/12/2024	Transfe-rência/ Reclas-sificação	Bai-xas	Depre-ciação	31/12/2025
	valor líquido	Adi-cões	Reclas-sificação	Bai-xas	Depre-ciação
<b>Imobilizado (Administração)</b>					
Edificações, obras e benfeitorias	359	-	-	(23)	336
Móveis e utensílios	83	-	6	(1)	72
Veículos	7	-	-	(7)	0
Máquinas e equipamentos	189	-	19	(40)	168
Total imobilizado Administração	638	-	25	(1)	576
<b>Imobilizado (Operação)</b>					
Terrenos	81.179	-	180	-	(5.097)
Reservatórios, barragens e adutoras	84.768	-	89	(6)	(5.331)
Edificações, obras e benfeitorias	211.865	-	3.580	-	(13.405)
Máquinas e equipamentos	192.141	-	3.935	(12)	(12.782)
Veículos	363	-	-	-	(93)
Móveis e utensílios	232	-	71	-	(44)
Total imobilizado Operação	570.548	-	7.855	(18)	(36.752)
<b>Imobilizado (Em curso)</b>					
Reservatórios, barragens e adutoras	4.163	3.230	(7.282)	-	-
Máquinas e equipamentos	772	1.447	(606)	-	-
Total imobilizado em curso	4.934	4.677	(7.887)	-	-
Total do Imobilizado	576.119	4.677	(7)	(19)	(36.837)

As movimentações do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram as seguintes:

	31/12/2023	Transfe-rência/ Reclas-sificação	Bai-xas	Depre-ciação	31/12/2024
	valor líquido	Adi-cões	Reclas-sificação	Bai-xas	Depre-ciação
<b>Imobilizado (Administração)</b>					
Edificações, obras e benfeitorias	381	-	-	(23)	359
Móveis e utensílios	90	-	9	(1)	72
Veículos	22	-	-	(7)	0
Máquinas e equipamentos	87	-	131	-	(29)
Total imobilizado Administração	580	-	140	(1)	(81)
<b>Imobilizado (Operação)</b>					
Terrenos	79.544	-	6.627	-	(4.992)
Reservatórios, barragens e adutoras	90.073	-	23	-	(5.328)
Edificações, obras e benfeitorias	225.078	-	153	-	(13.367)
Máquinas e equipamentos	204.064	-	793	-	(12.717)
Veículos	468	-	(2)	-	(103)
Móveis e utensílios	202	-	70	-	(39)
Total imobilizado Operação	599.429	-	7.666	(3)	(36.545)
<b>Imobilizado (Em curso)</b>					
Terrenos	-	6.532	(6.532)	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	77	4.337	(252)	-	-
Máquinas e equipamentos	400	1.396	(1.025)	-	-
Depósitos judiciais	385	-	(385)	-	-
Total imobilizado em curso	862	12.266	(8.194)	-	-
Total do Imobilizado	600.871	12.266	(388)	(4)	(36.626)

Apresentamos a seguir, a movimentação do imobilizado:

	31/12/2025	Amor-tização acumulada	Valor líquido	31/12/2024
	Taxas médias ponderadas amortização (%)	Custo	Amor-tização acumulada	Valor líquido
<b>Intangível (Administração)</b>				
Licença de uso de software	20%	1.098	(925)	173
Contratos de aluguel		271	(154)	117
Total Intangível (Administração)		1.369	(1.079)	289
<b>Intangível (Operação)</b>				
Uso do Bem Público	3,84%	1.681.711	(717.402)	964.309
Serviço permanente	4,67%	4.073	(1.000)	3.073
Licença de operação (a)	17%	14.490	(7.512)	6.978
GSF Lei 14.052/2020 (b)	5,28%	110.214	(23.305)	86.909
Total Intangível (Operação)		1.810.488	(749.219)	1.061.269
Total		1.811.857	(750.298)	1.061.558

(a) Detalhe descrito na nota explicativa nº 13 (d). (b) Refere-se a compensação dos impactos trazidos na outorga no período em que houve escassez de recursos hídricos para os participantes do MRE, conforme previsto na Lei nº 14.052/2020. O Conselho de Administração aprovou a extensão da outorga em Reunião ocorrida em 5 de fevereiro de 2021. Os titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia-MRE deverão ser compensados pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética-CNPE, decorrentes de: • Restrições ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas ao escoamento. • Diferença entre a garantia física outorgada na fase de motoração e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motoração ao SIN, conforme critérios técnicos aplicados pelo poder concedente às demais usinas hidrelétricas. A compensação financeira devida a cada usina do MRE "deverá considerar a atualização do capital despendido, tanto pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como pela taxa de desconto". Na data de 14 de setembro de 2021, a ANEEL aprovou, em sua 34ª Reunião Pública Ordinária, a homologação dos prazos da extensão da outorga das usinas do MRE alcançadas pela Lei 14.182, e que não estavam contempladas pela REH 2.919 (conjuntos das Estruturantes e Repactuadas no ACR). Na data de 17 de setembro de 2021, foi divulgada a REH 2.932 que homologou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia-MRE, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021. As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram as seguintes:

	31/12/2024	Provi-sões	Bai-xas	Transfe-rência	Amorti-zação	31/12/2025
	valor líquido	sões	xas	rência	zação	valor líquido
<b>Intangível (Administração)</b>						
Licença de uso de software	333	-	-	7	(168)	173
Contratos de aluguel	128	142	(154)	-	-	117
Total Intangível (Administração)	461	142	(154)	7	(168)	289
<b>Intangível (Operação)</b>						
Uso do Bem Público	1.028.954	-	-	-	(64.645)	964.309
Serviço permanente	3.279	-	-	-	(206)	3.073
Licença de operação	7.603	6.887	-	-	(7.512)	6.978
GSF Lei 14.052/2020	92.735	-	-	-	(5.826)	86.909
Total Intangível (Operação)	1.132.571	6.887	-	-	(78.189)	1.061.269
Total do Intangível	1.133.032	7.029	(154)	7	(78.357)	1.061.558

As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram as seguintes:

	31/12/2023	Provi-sões	Bai-xas	Transfe-rência	Amorti-zação	31/12/2024
	valor líquido	sões	xas	rência	zação	valor líquido
<b>Intangível (Administração)</b>						
Licença de uso de software	500	-	-	-	(167)	333
Contratos de aluguel	104	168	(144)	-	-	117
Total Intangível (Administração)	604	168	(144)	-	(167)	461
<b>Intangível (Operação)</b>						
Uso do Bem Público	1.093.599	-	-	-	(64.645)	1.028.954

	31/12/2025	31/12/2024
Serviço permanente	3.485	-
Licença de operação	8.253	8.063
GSF Lei 14.052/2020	98.561	-
Total Intangível (Operação)	1.203.899	8.063
Total do Intangível	1.204.502	8.231

Apresentamos a seguir, a movimentação do intangível:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1.133.032	1.204.502
Licença de operação (a)	6.887	8.063
Contratos de aluguel (b)	142	168
Outras transferências (c)	7	-
Compensação da licença de operação	(7.512)	(8.713)
Baixas dos contratos de aluguel	(154)	(144)
Amortização	(373)	(373)
Amortização GSF Lei 14.052/2020 (d)	(5.826)	(5.826)
Saldo final	1.061.558	1.133.032

(a) Refere-se à compensação linear da licença de operação em contrapartida da Provisão para gastos com licença de operação descrita na nota explicativa nº 13 (d). (b) Refere-se à adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2)-Arrendamento mercantil como critério a ser utilizado. Detalhe descrito na nota explicativa nº 13 (c). (c) Refere-se à contabilização da utilização do terreno da área de serviço situada na Fazenda Saudade, Zona Rural de Catalão/GO, Objeto de matrícula imobiliária nº 11.165, fl. 254, Livro 2-AH, do Tabelionato 1º de Notas e Registro de Imóveis de Catalão/GO. (d) Refere-se à contabilização da amortização dos valores complementares conforme assinatura do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga, na data de 12 de novembro de

(...) continuação—SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A. CNPJ Nº 07.727.966/0001-74

R\$192.312 que diz respeito a 3 (três) ações, cujos valores atualizados se referem à distribuição dos incidentes de descon sideração da personalidade jurídica—IDPJ, com o objetivo de buscar a responsabilização das pessoas físicas e jurídicas, sob a alegação de que todas formariam um grupo econômico. A Serra do Facão Energia S.A. apresentou defesa em todos os processos para demonstrar, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva e, portanto, a impossibilidade de ser responsabilizada pelo pagamento das dívidas no Cumprimento de Sentença. A preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela Serra do Facão Energia não foi acolhida pelo D. Juízo responsável pelo julgamento deste incidente. Contra a decisão de não acolhimento, a Serra do Facão Energia interpôs Agravo de Instrumento que não foi julgado até o presente momento. Aguarda-se o início da fase de instrução probatória que será fundamental para demonstrar, documentalmente, que Serra do Facão Energia S.A. e Serra do Facão Participações S.A. não são a mesma pessoa jurídica, não possuem relação societária e tampouco possuem sócios em comum. Face aos fundamentos (fase instrutória ainda não realizada em primeiro grau, exame realizado com indicativo de confusão de patrimônio/desvio de finalidade, julgado em caso com elementos fáticos similares), as referidas ações foram classificadas como possível.

**14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia está disposto da seguinte forma: R\$102.368 representado por 102.368.000 ações, sendo 82.627.212 ordinárias e 19.740.788 preferenciais, nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais. A totalidade das ações preferenciais são detidas pela Acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia está disposto da seguinte forma: R\$182.368 representado por 182.368.000 ações, sendo 147.199.900 ordinárias e 35.168.100 preferenciais, nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais. A totalidade das ações preferenciais são detidas pela Acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém, têm prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia. O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, é assim composto:

	Quantidade de ações em 31/12/2025				Total	%
	Ordinárias	%	Preferenciais	%		
Alcoa Alumínio S.A.	35.801.875	43,3294	-	-	35.801.875	34,9737
DME Energética S.A.	11.274.070	13,6444	-	-	11.274.070	11,0133
Centrais Elétricas Brasileiras—Áxia Energia	35.551.267	43,0262	19.740.788	100,00	55.292.055	54,0130
	82.627.212	100,0000	19.740.788	100,00	102.368.000	100,0000
Quantidade de ações em 31/12/2024						
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Alcoa Alumínio S.A.	63.780.837	43,3294	-	-	63.780.837	34,9737
DME Energética S.A.	20.084.665	13,6444	-	-	20.084.665	11,0133
Centrais Elétricas Brasileiras—Áxia Energia	63.334.398	43,0262	35.168.100	100,00	98.502.498	54,0130
	147.199.900	100,0000	35.168.100	100,00	182.368.000	100,0000

b) A redução de capital no valor de R\$100.000, por considerá-lo excessivo, mediante restituição aos Acionistas, em dinheiro e, a consequente alteração do art. 5 do Estatuto Social da Companhia, foi aprovada por maioria, nos termos da Lei das S.A., na Assembleia realizada no dia 17 de julho de 2025, com a presença dos Acionistas, representando a totalidade do capital social com direito a voto, conforme convocação realizada no Jornal Hoje do Estado de Goiás, nas edições dos dias 25, 26 e 27 de junho de 2025, no formato impresso e eletrônico, devidamente publicada no dia 31 de julho de 2025, no mesmo jornal da convocação, para efeito de cumprimento do prazo de 60 (sessenta) dias previsto no art. 174 da Lei das S.A. A redução de capital foi programada para ser efetivada em duas etapas: a primeira foi executada em 23 de dezembro de 2025, mediante a transferência dos recursos financeiros aos Acionistas; a segunda etapa está programada para ser concluída no primeiro semestre de 2026, encerrando o processo com um todo. c) Dividendos: Aos Acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação da reserva legal. d) Resultado por ação: O resultado básico por ação é calculado por meio da divisão do resultado do período, atribuído aos Acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada do total das ações durante o período. A Companhia não possui instrumentos potenciais classificados como diluidores.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido atribuível aos Acionistas da Companhia	89.293	34.769
Absorção dos prejuízos acumulados	(89.293)	(34.769)
Saldo	-	-
Quantidade média ponderada de ações totais emitidas (milhares)	180.395	240.340
Lucro líquido e diluído no exercício por ação	0,495	0,145

**15. RECEITAS:** A seguir, a conciliação da receita operacional bruta para a receita líquida no exercício:

	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento/Fornecimento de energia	549.022	525.364
Energia elétrica de curto prazo CCEE	957	109
Receita bruta operacional	549.979	525.473
PIS	(9.065)	(8.669)
COFINS	(41.574)	(39.931)
Encargos setoriais	(11.112)	(8.710)
	488.048	468.162

**16. GASTOS OPERACIONAIS:** 16.1. Custos dos Serviços de energia elétrica

	Custos dos Serviços em 31/12/2025		Custos dos Serviços em 31/12/2024	
	Com energia elétrica	De operação	Com energia elétrica	De operação
Comercialização de energia curto prazo	61.805	-	61.805	50.887
Encargos de uso e conexão CCEE/ONS	11.790	-	11.790	10.501
Pessoal	219	-	219	-
Material	7.395	7.395	8.762	8.762
Serviços de terceiros	1.368	1.368	441	441
Depreciação e amortização	13.385	13.385	6.333	6.333
Seguros	107.375	107.375	107.169	107.169
Outras Despesas	2.129	2.129	2.694	2.694
Total custos operacionais	73.814	132.313	206.127	187.422

	Despesas Gerais e Administrativas em 31/12/2025		Despesas Gerais e Administrativas em 31/12/2024	
Pessoal	2.744	2.525		
Administradores	1.806	2.888		

Material	46	34
Serviços de terceiros	1.552	1.518
Depreciação e amortização	307	301
Seguros	15	19
Outras despesas (a)	15.753	17.631
Total Despesas operacionais	22.222	24.917

(a) O saldo refere-se basicamente a constituição de provisão de honorários de êxito do processo judicial de descon sideração de personalidade jurídica (R\$4.060). Detalhe descrito na nota explicativa nº 13.(g). Atualização do processo da compensação ambiental (R\$10.287) descrito na nota explicativa nº 13.(a). e Doações incentivadas pela Lei Rouanet, FIA e Esportes (R\$959).

**17. RESULTADO FINANCEIRO**

	Resultado Financeiro em 31/12/2025	Resultado Financeiro em 31/12/2024
Receita de aplicações financeiras	61.593	35.248
Outras Receitas Financeiras	205	217
Total das Receitas Financeiras	61.798	35.465
UBP—Ajuste a Valor Presente	(178.886)	(237.901)
Atualização monetária processo—SFP	(7.571)	-
Outros	(461)	(629)
Total das Despesas Financeiras	(186.918)	(238.530)
Total do Resultado Financeiro	(125.120)	(203.065)

**18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:** Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, os saldos das transações com partes relacionadas são compostos como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Alcoa Alumínio S.A. (a)	17.743	-	16.926	-
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (b)	-	-	-	-
DME Energética S.A. (c)	-	-	-	1.153
	17.743	-	16.926	1.153
	31/12/2025		31/12/2024	

	Receita operacional bruta	Limite máximo de indenização
- Alcoa Alumínio S.A. (a)	181.663	173.765
	181.663	173.765

**Custos—Serviços de terceiros**

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (b)	5.207	-
DME Energética S.A. (c)	-	8.510
	5.207	8.510

(a) O prazo médio de vencimento do saldo de contas a receber de contratos com partes relacionadas relativos à venda de energia é de 15 dias. A Companhia entende que não há a necessidade de constituição de provisão para devedores duvidosos sobre o saldo das contas a receber, considerando que o risco de perda não é relevante com seu Acionista. (b) Contrato de compra de energia para o período de 1º de novembro de 2025 a 30 de novembro de 2025, no volume de 26 MW médios, ao preço unitário de R\$278,13/MWh, com nota fiscal emitida em dezembro de 2025. (c) Contrato de compra de energia para o período de 1º de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, no volume de 15,016 MW médios, ao preço unitário de R\$74,44/MWh, com nota fiscal emitida em janeiro de 2024. Contrato de compra de energia para o período de 1º de abril de 2024 a 30 de abril de 2024, no volume de 10 MW médios, ao preço unitário de R\$61,82/MWh. Contrato de compra de energia para o período de 1º de maio de 2024 a 31 de maio de 2024, no volume de 8,5 MW médios, ao preço unitário de R\$61,40/MWh. Contrato de compra de energia para o período de 1º de julho de 2024 a 31 de dezembro de 2024, no volume de 10 MW médios, ao preço unitário de R\$155,00/MWh. O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. As remunerações pagas aos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Honorários administradores	1.531	2.501
Remuneração dos Conselheiros	40	46
Encargos sociais	235	341
	1.806	2.888

**19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:** A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o resultado contábil como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos impostos	134.579	52.759
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34%	(45.757)	(17.938)
Outras diferenças	471	(52)
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado	(45.286)	(17.990)
Imposto de renda e contribuição social corretos	(36.828)	(16.308)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.458)	(1.682)
Alíquota efetiva	33,65%	34,10%

**20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:**

a) Categorias dos principais instrumentos financeiros

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado:		
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	459.368	346.402
Custo amortizado: Bloqueio judicial	20.580	20.580
Contas a receber	61.079	59.152
Total	541.027	426.134
Passivos financeiros		
Custo amortizado:		
Fornecedores	13.943	8.579
UBP a pagar	2.168.276	2.199.334
Total	2.182.219	2.207.913

b) Risco de mercado: É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e inflação, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que, periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes: b.1. Risco de taxa de juros e índices flutuantes: A principal fonte de receita da Companhia é vinculada à correção anual do IPCA. A Companhia não adota o procedimento de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. Adicionalmente, a Companhia possui contratos de venda de energia de longo prazo e compromisso a pagar de longo prazo relacionado ao UBP, cujas indexações estão atreladas à variação do IPCA e/ou IGP-M. c) Riscos operacionais e regulatórios: De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional

("SIN") é gerado por Usinas Hidrelétricas ("UHE"). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada UHE, incluindo a UHE da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera, como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia está exposta ao mercado de energia de curto prazo. Todavia, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, com a repactuação do risco hidrológico, a SEFAC assumiu um prêmio de risco para os contratos regulados para limitar a sua exposição ao mercado de energia de curto prazo e ao GSF. d) Risco de crédito: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Os valores registrados nas contas a receber têm prazo médio de vencimento inferior a 45 dias para terceiros e 15 dias com partes relacionadas. A Companhia entende que não há a necessidade de constituição de provisão para devedores duvidosos sobre o saldo das contas a receber, considerando a experiência real de perda de crédito nos últimos anos e que não houve mudança no risco de crédito de seus clientes, seguindo avaliações internas. Com relação aos riscos de crédito atrelados às instituições financeiras, a Administração procura manter suas operações em instituições financeiras com boas classificações de risco de crédito ("ratings"). e) Valor justo dos instrumentos financeiros: Os valores registrados nas contas a pagar a fornecedores têm vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os valores dos títulos e valores mobiliários registrados pela Companhia aproximam-se dos valores de realização em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados. O valor contábil do UBP a pagar reflete as condições de mercado para este tipo de obrigação, cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

**21. SEGUROS:** A Companhia possui cobertura de seguro para: riscos operacionais, responsabilidade civil, incluindo empregador e danos morais, multirrisco escritórios Rio de Janeiro e Goiás, garantia e riscos diversos. A cobertura de seguros da Companhia está demonstrada conforme quadro a seguir:

Ativo	Tipo de cobertura	Vigência	Limite máximo de indenização
UHE Serra do Facão	Responsabilidade Civil	08/06/2025 a 08/06/2026	R\$25.000
UHE Serra do Facão	Responsabilidade Civil	10/01/2026 a 10/07/2027	R\$100.000
UHE Serra do Facão	Risco Operacional	01/12/2025 a 01/06/2027	R\$1.000.000
	Multirrisco—Empresarial		
UHE Serra do Facão	Escritório RJ	16/11/2025 a 16/11/2026	R\$404
	Multirrisco—Empresarial		
UHE Serra do Facão	Escritório GO	16/11/2025 a 16/11/2026	R\$541

A adequação dos limites de cobertura dos seguros contratados não foi incluída no escopo dos auditores independentes.

**22. COMPROMISSOS:** O valor gasto em Programas Ambientais, incluindo os gastos com pessoal alocados nos respectivos programas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$6.799 (R\$7.179 em 31 de dezembro de 2024). Em 9 de setembro de 2014, o IBAMA emitiu a 1ª Renovação da Licença de Operação nº 895/2009, com validade até 8 de setembro de 2020. Em 11 de março de 2015, a SEFAC recebeu a 1ª retificação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº 895/2009 do IBAMA, com validade até 11 de março de 2021. Em cumprimento à legislação, a SEFAC publicou em 2 de abril de 2015, no Diário Oficial da União, a informação sobre a 1ª Retificação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº 895/2009. Em 10 de outubro de 2017, devido à inclusão na Licença de Operação dos itens 2.24 e 2.25 das condicionantes específicas referente a aprovação do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial—PACUERA, a Companhia recebeu o ofício do IBAMA nº 283/2017/DILIC-IBAMA com a 2ª Retificação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº 895/2009, com validade até 11 de março de 2021. A inclusão das duas condicionantes na Licença de Operação é consequência da aprovação final do PACUERA, obtida pela SEFAC, conforme Ofício nº 60/2017/NLS-MG/DITEC-MG/SUPES-MG-IBAMA, em 14 de setembro de 2017. Na data de 11 de novembro de 2020, a SEFAC apresentou ao IBAMA, de forma tempestiva, o pedido de 2ª renovação da Licença de Operação, pelo prazo de 10 (dez) anos, com base no §4º, inciso III, art. 18 da Resolução nº 237 do CONAMA, de 19 de dezembro de 1997, ou seja, observando o prazo de 120 (cento e vinte) dias antes da data de vencimento da 2ª Retificação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº 895/2009, emitida em 20 de setembro de 2017 com vigência até 11 de março de 2021, sob o protocolo nº 001812.0000420/2020. Nesse sentido, de acordo com a legislação, a Licença de Operação do empreendimento está vigente até a emissão da nova Licença de Operação. Até a emissão da nova licença, todos os programas continuarão a ser executados conforme previsto na 2ª Retificação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº 895/2009 e em harmonia com os entendimentos mantidos entre a Companhia e o IBAMA. Ao todo, são três Macro Atividades Socioambientais (Programas Físicos, Programas Bióticos e Programas Socioeconômicos), que englobam Atividades Socioambientais, cujos resultados devem ser apresentados anualmente ao IBAMA por meio de relatórios consolidados. Vale destacar que, em 15 de março de 2021, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável—SEMA do estado de Goiás, responsável pelo licenciamento ambiental da Linha de Transmissão de 138kV—renovou a Licença de Funcionamento nº 126/2021 da Linha de Transmissão (LT 138 kV) do empreendimento, com validade de 10 anos, vigente até 15 de março de 2031, para transmissão de energia elétrica, localizada entre os municípios de Davinópolis (GO) e Catalão (GO).

**23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria Executiva da Companhia em 23 de fevereiro de 2026.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2024	
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
<b>Membros Titulares:</b> Luiz Laércio Simões Machado Junior; Ilton Barboza Telles; Eduardo Sampaio Dória; Marcelo Amaral Nascimento; Marcelo Dias Lochate.	
<b>Membros Suplentes:</b> Rebecca Oliveira Xavier Santos; Gustavo Loureiro Chagas; Rafael Zara Garrio; Celso Ricardo Baccini; Marcos Rogério Alvim	
<b>CONSELHO FISCAL</b>	
<b>Membros Titulares:</b> Erika Vaz de Moura; Reginaldo Correa; Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi;	
<b>Membros Suplentes:</b> Maria Cristina do Carmo Britto Ciuffo.	
<b>DIRETORIA EXECUTIVA</b>	
Fabio da Silva Lacerda—Diretor-Presidente e Técnico	
Odair Batista Carvalho—Diretor Administrativo Financeiro	
<b>CONTADOR</b>	
Bruno de Souza Gomes—CRC/RJ – 104545-O-2 GO	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Serra do Facão Energia S.A. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Serra do Facão Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra do Facão Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** a) Direito de outorga ou direito de concessão—Uso do Bem Público: A Companhia registrou o valor da obrigação a pagar do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público—UBP, de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2015. O registro contábil descrito estava sendo feito, até 31 de dezembro de 2014, pelo regime de caixa quando do pagamento das parcelas mensais iniciadas em julho de 2010. De acordo com a orientação técnica OCP05—Contratos de Concessão e considerando as características do contrato de concessão da Companhia, entendemos tratar-se de um contrato não executório, que requereria o registro da obrigação do UBP, em contrapartida ao ativo intangível (direito de concessão) na data da assinatura do contrato de concessão (ocorrida em 2001). Consequentemente, em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo intangível (direito de concessão) está a maior em R\$240.648 mil (R\$256.779 mil em 31 de dezembro de 2024), os impostos diferidos ativos estão a menor em R\$81.819 mil (R\$87.305 mil em 31 de dezembro de 2024), o patrimônio líquido está a maior em R\$158.828 mil (R\$169.474 mil em 31 de dezembro de 2024) e o resultado do exercício findo nessa data está a menor em R\$10.647 mil (resultado a menor em R\$10.647 mil em 31 de dezembro de 2024). Líquido dos efeitos tributários. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade—CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a

evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09—Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência

CIDADANIA

# Unicef incentiva jovens a tirar título eleitoral

Marcello Casal Jr/Agência Brasil

**Campanha lançada em abril de 2026 busca ampliar participação de adolescentes nas eleições**

**REDAÇÃO** - O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) lançou uma campanha para incentivar adolescentes de 16 e 17 anos a tirarem o título de eleitor para as eleições de 2026.

Também podem solicitar o documento jovens de 15 anos que completem 16 anos até o primeiro turno,



marcado para o dia 4 de outubro de 2026.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral

(TSE), até fevereiro de 2026, cerca de 1,8 milhão de adolescentes haviam realizado o cadastro eleitoral, de um

total de 5,8 milhões aptos a votar. O número representa aproximadamente dois em cada dez jovens nessa

faixa etária.

O voto para adolescentes de 16 e 17 anos é facultativo.

De acordo com a especialista em Desenvolvimento e Participação de Adolescentes do Unicef, Gabriela Mora, a emissão do título é uma forma de garantir representatividade nas decisões políticas.

A campanha será realizada ao longo do mês de abril de 2026, em parceria com o TSE, por meio de redes sociais e veículos de comunicação.

A iniciativa inclui ainda uma gincana digital voltada a grupos

de adolescentes, com o objetivo de estimular o alistamento eleitoral. A ação envolverá Núcleos de Cidadania do Adolescente (NUCAs), presentes em mais de 2.300 municípios.

Dados do TSE indicam que Rondônia, Tocantins e Piauí apresentam os maiores percentuais de adolescentes aptos registrados para votar, enquanto Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro têm os menores índices.

O prazo para tirar ou regularizar o título de eleitor termina no dia 6 de maio de 2026.

COMUNICAÇÃO

# Rádio Noroeste moderniza estrutura na capital

Divulgação

A Rádio Noroeste, emissora comunitária que opera em 87,9 FM e integra a Associação Noroeste de Comunicação e Cultura, passa por um processo de modernização de sua estrutura técnica em Goiânia, com investimentos em novos equipamentos profissionais.

A atualização inclui a aquisição de um processador de áudio, no valor de R\$ 22 mil, e de um console de áudio (mesa de som profissional), no valor de R\$ 17 mil. Segundo a emissora, os equipamentos anteriores já não apresentavam desempenho adequado após anos de uso contínuo.

Os novos dispositivos foram adquiridos de fabricantes especializados dos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, com foco em maior confiabilidade e qualidade técnica. A rádio também prevê novas aquisições para viabilizar coberturas externas de eventos e ações na comunidade, especialmente ao longo de 2026.

Localizada na Região Noroeste da capital, a emissora reforça que a modernização busca ampliar a estabilidade das transmissões, o alcance



do sinal e a qualidade do conteúdo ofertado à população.

A iniciativa conta com apoio de associados, entidades sindicais, movimentos sociais e lideranças locais, em um modelo de gestão coletiva característica das rádios comunitárias.

**EQUIPE**

A rádio é coordenada por Valdeci Borges, integrante da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço). A linha editorial é conduzida pelo jornalista Willian Oliveira,

formado pela Universidade Federal de Goiás.

A equipe também conta com a estagiária Agatha Moura, responsável pela identidade visual nas redes sociais, e com o operador de áudio Gleison Junio, em formação na Escola do Futuro em Artes Basileu França.

A programação reúne locutores e colaboradores, alguns de forma voluntária, com conteúdos musicais, informativos e culturais voltados ao cotidiano da comunidade. Entre os participantes estão Roberto Botafogo, Paula

Máximo, Jubal, Joaquim Monteiro, Anny Di, Capela, Anderson, Hayane Bonfim e Jeann Amaral.

A nova fase também inclui a participação da jornalista Geralda Cunha e do sociólogo Pedro Célio, que passam a integrar a grade com um novo programa.

A emissora destaca que a iniciativa reforça o compromisso com a comunicação pública, democrática e plural, conforme previsto na Lei nº 9.612/1998, que regula o funcionamento das rádios comunitárias no Brasil.

**FRANCO LEILÕES** | **inter**  
Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402 - Bairro Estoril - CEP 30494-080 - BH/MG  
ONLINE  
1º LEILÃO: 04/05/2026 - 10:05h - 2º LEILÃO: 06/05/2026 - 10:05h

**EDITAL DE LEILÃO**  
Fernanda de Mello Franco, Leloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCEMG, **Cássia Maria de Melo Pessoa**, CPF: 746.127.276-49, RG: MG-2.089.239, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº 21.981/32, levará a LEILÃO PÚBLICO de modo online o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. **IMÓVEL:** Uma construção residencial, com 234,72m² de área construída, edificada sobre o lote nº 08, da quadra nº 19, situado na Avenida Marechal Humberto Alencar Castelo Branco, integrante do loteamento "Jardim Filadélfia", Araguaína/TO, com a área de 720,00m². Imóvel objeto da Matrícula CNM: 127621.2.0041348-16 trasladada da Matrícula nº 41.348, do Registro de Imóveis da Comarca de Araguaína/TO. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. **DATA DOS LEILÕES:** 1º Leilão: dia 04/05/2026, às 10:05 horas, e 2º Leilão: dia 06/05/2026, às 10:05 horas. **LOCAL:** Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402 - Estoril - CEP 30494-080 - Belo Horizonte/MG. **DEVEDORES FIDUCIÁRIOS:** NELSON DA CRUZ LOBO, brasileiro, comerciante, nascido em 30/01/1961, C.I.: 1.354.727 SSP/MG, CPF: 251.945.341-91 e MARIA ELIETH JOSE ANTONIO LOBO, brasileira, comerciante, nascida em 17/03/1962, C.I.: 320.786 SSP/TO, CPF: 280.826.72153, casados entre si sob o regime de comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Avenida Marechal Castelo Branco, 274, QD 19 LT 8E9, bairro Jardim Santa Helena, Araguaína/TO, CEP: 77813-030. **COBRIGADO/AVALISTA:** MURILLO DA CRUZ LOBO, brasileiro, administrador, nascido em 01/07/1987, RG: 353515 SEJSP/TO, CPF: 013.686.811-82, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com FLAVIA FERNANDES PESSOA LOBO, residente e domiciliado na Avenida Tocantins, 800, Apto 404, bairro Centro, Araguaína/TO, CEP: 77803-120. **INTERVENIENTE ANUENTE:** FLAVIA FERNANDES PESSOA LOBO, brasileira, médica, nascida em 28/07/1986, RG 1705767 SSP/TO, CPF: 018.961.631-81, casada sob o regime de comunhão parcial de bens com MURILLO DA CRUZ LOBO, residente e domiciliado na Avenida Tocantins, 800, Apto 404, bairro Centro, Araguaína/TO, CEP: 77803-120. **CREADOR FIDUCIÁRIO:** Banco Inter S/A, CNPJ: 00.416.968/0001-01. **DO PAGAMENTO:** O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito via TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro. **DOS VALORES:** 1º Leilão: R\$ 2.353.079,39 (dois milhões, trezentos e cinquenta e três mil, setenta e nove reais e trinta e nove centavos) 2º Leilão: R\$ 1.176.539,70 (um milhão, cento e setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e nove reais e setenta e seis centavos), calculados na forma do art. 26, §1º e art. 27, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILÃO:** Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leilão, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site [www.francoleiloes.com.br](http://www.francoleiloes.com.br) e se habilitar acessando a opção "Habilite-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O(s) interessado(s) deverá(ão), sob pena de desistência do negócio: (i) estar com seu CPF (CNPJ) em situação regular junto à Receita Federal do Brasil; (ii) não possuir restrições de crédito; (iii) ter conhecimento e observar os ditames da Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como dos normativos do Banco Central do Brasil que tratam do assunto, inexistindo em seu nome qualquer restrição relativa à matéria. O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documental, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrá por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. **Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação.** O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leilão e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja ao arrematante o direito à desistência da arrematação.** O proponente vendedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, depois de comunicado expressamente do êxito do lance, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED e/ou cheques, da totalidade do preço e da comissão do leilão, conforme edital. O não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão do(a) Leilãoiro(a), no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrependimento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida o(a) Leilãoiro(a) (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo o favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá o(a) Leilãoiro(a) emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leilãoiro Oficial. **Maiores informações:** (31)3360-4030 ou pelo e-mail: [contato@francoleiloes.com.br](mailto:contato@francoleiloes.com.br). Belo Horizonte/MG, 31/03/2026.

[www.francoleiloes.com.br](http://www.francoleiloes.com.br) | (31) 3360-4030



# PUBLICIDADE LEGAL

(62) 3249-8883 - EDITAIS@GAZETADOESTADO.COM.BR

ASSINADO ELETRONICAMENTE  
POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL  
CONFORME LEI 13.118/2019

VERIFICAÇÃO  
ACESSE: VERIFICADOR.ITL.GOV.BR

## ESTADO DE GOIÁS PREFEITURA DE ANÁPOLIS – UASG 989221

CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026 (90005)

O MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS torna público aos interessados que no dia 07 de maio de 2026, às 09h00min (horário de Brasília-DF), far-se-á a abertura da sessão pública de lances da **CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026 (90005)**, modo de disputa fechado e aberto, Critério de Julgamento Menor Preço Global, nos termos da Lei 14.133/2021, conforme processo nº 01120.00000537/2026-41, que tem por objeto a "Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção de espaço esportivo comunitário, para atender à demanda da comunidade do Conjunto Habitacional Vila União, em Anápolis/GO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Projeto Básico e demais anexos". A Concorrência Eletrônica acontecerá por meio do Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O edital estará disponível a partir de 16/04/2026, na Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, CEP: 75110-030 - Centro de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia de Anápolis (CEITEC), Anápolis-Go, e-mail: [licitacao@anapolis.go.gov.br](mailto:licitacao@anapolis.go.gov.br), das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min ou pelos portais eletrônicos: <https://acesoainformacao.anapolis.go.gov.br/>, [www.compras/pt-br/](http://www.compras/pt-br/) e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

Anápolis-GO, 08 de abril de 2026.

**Giselle Alves Cecílio**

Diretora de Compras e Licitações

**Paulo Roberto Silva**

Secretário Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação

150278

## CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS - CREA-GO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026 - UASG 389422  
PROCESSO Nº: 33534/2026

**OBJETO DA LICITAÇÃO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP), na modalidade pós-paga, incluindo serviço de dados móveis, fornecimento de SIM CARDS (chips) e fornecimento de smartphones em regime de comodato, para utilização pelos servidores do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - Crea-GO, em atividades de fiscalização, administração e operação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço do Grupo - **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 30/04/2026 às 09h no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites [www.pncp.gov.br](http://www.pncp.gov.br) (Portal Nacional de Contratações Públicas), [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.creago.org.br](http://www.creago.org.br).

Goiânia, 8 de abril de 2026.

**Victor Augusto A. Aguiar**

Agente de Contratação

150298

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS - GO

AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

O Agente de Contratação do Município de Goiás, Estado de Goiás, **TORNA PÚBLICO** o aviso de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 023/2026**, tipo: Menor preço. **Objeto:** Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada para a Prestação de serviços gráficos off set, para atender a Prefeitura Municipal de Goiás e suas Secretárias. Recebimento de Propostas: Das 07h30min do dia 10/04/2026 até às 08h00min do dia 28/04/2026. Data e Hora do início da Sessão de Disputa de Preços: 28/04/2026 às 09h01min. O edital estará disponível nas Plataformas Eletrônicas: <http://www.bll.org.br>, <https://pncp.gov.br/app/editais> e no site <http://www.goias.go.gov.br> e na sede da Prefeitura Municipal de Goiás.

Município de Goiás, 09 de abril de 2026.

**DAVID DA SILVA TORRES**

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

150300

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS - GO

AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

A Prefeitura do Município de Goiás, Estado de Goiás, através do seu agente de contratação, **TORNA PÚBLICO** o aviso de licitação na modalidade **Pregão eletrônico nº 024/2026**, tipo: Menor preço. **Objeto:** Constitui objeto da presente licitação a aquisição de vasilhames de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Goiás e suas demais secretarias, para atender as demandas do município de goiás, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I), em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021. Recebimento de Propostas: Das 07h00min do dia 10/04/2026 até às 08h00min do dia 23/04/2026. Data e Hora do início da Sessão de Disputa de Preços: 23/04/2026 às 09h01min. O edital estará disponível nas Plataformas Eletrônicas: <http://www.bll.org.br>, <https://pncp.gov.br/app/editais> e no site <http://www.goias.go.gov.br> e na sede da Prefeitura Municipal de Goiás.

Município de Goiás, 09 de abril de 2026.

**DAVID DA SILVA TORRES - AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

150301

**INDEPENDÊNCIA É TUDO!**

**Gazeta do Estado**

**Somos Impresso**  
**Somos Digital**  
**Somos Conteúdo**

prefeitura de Goiânia promove o Café Sinfônico

## ESTADO DE GOIÁS PREFEITURA DE ANÁPOLIS – UASG 989221

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 (90022)

O MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS torna público aos interessados que no dia 07 de maio de 2026, às 09h00min (horário de Brasília-DF), far-se-á a abertura da sessão pública de lances do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 (90022)**, modo de disputa Aberto, Critério de Julgamento Menor Preço, nos termos da Lei 14.133/2021, conforme processo nº 01108.00001994/2025-21, que tem por objeto a "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular para veículos pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde de Anápolis – GO conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos". O Pregão acontecerá por meio do Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O edital estará disponível a partir de 16/04/2026, na Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, CEP: 75110-030 - Centro de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia de Anápolis (CEITEC), Anápolis-Go, e-mail: [licitacao@anapolis.go.gov.br](mailto:licitacao@anapolis.go.gov.br), das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min ou pelos portais eletrônicos: <https://acesoainformacao.anapolis.go.gov.br/>, [www.compras/pt-br/](http://www.compras/pt-br/) e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. Anápolis-GO, 08 de abril de 2026.

**Denise Gabriela Dias Gomes**

Pregoeira

**Paulo Roberto Silva**

Secretário Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação

150279

## ESTADO DE GOIÁS PREFEITURA DE ANÁPOLIS – UASG 989221

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026 (90006)

O MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS torna público aos interessados que no dia 16 de junho de 2026, às 09h00min (horário de Brasília-DF), far-se-á a abertura da sessão pública de lances da **CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026 (90006)**, modo de disputa aberto e fechado, Critério de Julgamento Menor Preço, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 48.980, de 27 de abril de 2023 e demais legislações aplicáveis, conforme processo nº 01120.0000478/2026-19, que tem por objeto a "Contratação semi-integrada de empresa especializada para execução da obra de revitalização e reforma do Parque Ambiental Antônio Marmo Canedo (Parque da Matinha) - 1ª Etapa, incluindo adequação do projeto básico, elaboração de projetos executivos e complementares, compatibilização, execução integral da obra e entrega final, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência, Projeto Básico e demais anexos". A Concorrência Eletrônica acontecerá por meio do Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O edital estará disponível a partir de 16/04/2026, na Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, CEP: 75110-030 - Centro de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia de Anápolis (CEITEC), Anápolis-Go, e-mail: [licitacao@anapolis.go.gov.br](mailto:licitacao@anapolis.go.gov.br), das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min ou pelos portais eletrônicos: <https://acesoainformacao.anapolis.go.gov.br/>, [www.compras/pt-br/](http://www.compras/pt-br/) e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

Anápolis-GO, 08 de abril de 2026.

**Giselle Alves Cecílio**

Diretora de Compras e Licitações

**Paulo Roberto Silva**

Secretário Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação

150280

## MUNICÍPIO DE FLORES DE GOIÁS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2026

(Processo administrativo nº 2238/2026)

O MUNICÍPIO DE FLORES DE GOIÁS, por intermédio do órgão Gerenciador **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, IGUALDADE RACIAL E TURISMO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº. 46.622.085/0001-40, telefone: (62) 9 9923-4154, torna-se público para conhecimento dos interessados que realizará licitação no dia **29 de abril de 2026 às 08h01min**, em sessão pública presencial, no endereço Praça Matriz, n. 44, Centro, CEP: 73.890-000, Flores de Goiás, Prédio administrativo - Sala de Licitação, na forma da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 1.159/2024, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº. 015/2026**, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2026**, menor preço por lote, disputa aberta, visando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E OPERAÇÃO TÉCNICA DE ESTRUTURAS METÁLICAS, SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL, SANITÁRIOS QUÍMICOS, GERADORES DE ENERGIA, PAINÉIS DE LED E MOBILIÁRIO, PARA AS FESTIVIDADES MUNICIPAIS PROMOVIDAS PELO MUNICÍPIO DE FLORES DE GOIÁS**, conforme especificado no Termo de Referência, parte integrante do edital que encontra-se disponível no PNCP e no site do Município <https://www.portal.floresdegoias.go.gov.br/>.

Flores de Goiás, GO, 09 de abril de 2026. Publique-se.

**ELAINE DOS REIS SILVA. Pregoeira - Decreto n. 471/2025.**

150299

**ATENÇÃO GESTOR** LEI Nº 14.230/2021

**PUBLICAÇÕES OBRIGATORIAS**

A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

É obrigatório a publicação das matérias legais e atos oficiais que envolvem processos licitatórios em Diários Oficiais e em **JORNAIS DIÁRIOS DE GRANDE CIRCULAÇÃO**

**Gazeta do Estado** abra legal

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRISTIANÓPOLIS

1º Termo Aditivo de Prorrogação de ARP - Pregão

Eletrônico SRP nº 2/2025. O Fundo Municipal De Saúde

do município de Cristianópolis-GO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Wilson Paixão, nº 01, Centro, Cristianópolis/GO, CNPJ: 13.356.264/0001-24, faz saber aos interessados, o 1º termo aditivo de prorrogação de ARP do Pregão Eletrônico SRP nº 2/2025, cujo objeto: "futuro e eventual aquisição de medicamentos para doação e materiais odontológicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde." A Presente prorrogação tem vigência do dia 10/04/2026 até o dia 09/04/2027, maiores informações, na Sala da Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal (Em dias úteis, das 7h às 11h e das 13h às 17h), ou pelo portal da transparência do Município através do link: <http://www.cristianopolis.go.gov.br/> e-mail: [licitacao@cristianopolis.go.gov.br](mailto:licitacao@cristianopolis.go.gov.br). tel: 64 – 99234-7102. Cristianópolis, 09 de abril de 2026. Erica Miranda Camilo/Pregoeira

150275

**JAIR D'AGUSTIN** torna público que recebeu junto a **Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA**, a Licença de Operação nº 009/2026 e processo nº 34285/2017 com validade até 03/03/2030, para o empreendimento em Suinocultura - Sistema Vertical Terminador – SVT. Faz Rio Preto e Baú do Rio Preto, Rod. GO 174, 27,5km sentido Rio Verde/Ap. do Rio Doce, à esquerda por mais 7,5km de terra, à esquerda por mais 700m. Zona Rural, Município de Rio Verde – GO. Este empreendimento não se enquadra na Resolução CONAMA 001/86.

150282

**LEONOR CHIARELLO** torna público que recebeu junto a **Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA**, a Licença de Operação nº 008/2026 e processo nº 149013/2018 com validade até 03/03/2030, para o empreendimento em Suinocultura - Sistema Vertical Terminador – SVT. Faz Taldado ou Rio Doce, Rod. GO 174, sentido Rio Verde/Ap. do Rio Doce, Km 50,2 à esquerda. Zona Rural, Município de Rio Verde – GO. Este empreendimento não se enquadra na Resolução CONAMA 001/86.

150283

**VANDECIR BARBOSA MOGNON** torna público que recebeu junto a **Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA**, a Licença Corretiva de Operação nº 141/2025 e processo nº 551776/2019 com validade até 01/10/2029, para o empreendimento em Suinocultura - Sistema Vertical Terminador – SVT. Faz Rio Preto, Rod. GO 174, sentido Rio Verde/Ap. do Rio Doce, Km 33 à esquerda por mais 09Km. Zona Rural, Município de Rio Verde – GO. Este empreendimento não se enquadra na Resolução CONAMA 001/86.

150284

Extrato de republicação. Prefeitura municipal de Palestina de Goiás, Estado de Goiás. Pregão presencial Nº 003/2026. Processo Nº 720/2026. Tipo: menor preço por item. Objeto: Registro de Preço visando a futura e eventual aquisição de Materiais Descartáveis, Higiene e Limpeza, para atender as necessidades de diversos setores da administração do Município de Palestina de Goiás/GO. Data: 28 de abril de 2026, às 09h:00min. Informações Complementares e Aquisição do Edital pelo Telefone: (64) 99280-0918 - [licitacaopalestina@gmail.com](mailto:licitacaopalestina@gmail.com) e [www.palestinadegoias.go.gov.br](http://www.palestinadegoias.go.gov.br). Cynthia Alves De Sousa - Presidente da Comissão de Licitações

150285

Câmara Municipal de Jandaia. Pregão presencial Nº 001/2026. A Câmara Municipal de Jandaia-GO, através de seu Pregoeiro, torna público que fará realizar às 09h00 do dia 28 de abril de 2026, na Sede da Câmara Municipal, licitação, na modalidade Pregão Presencial, tipo Menor Preço Global, destinado ao registro de para a prestação de serviços técnicos de escanização de passivos físicos sob demanda, salvamento dos mesmos em sistema eletrônico composto com inteligência artificial, em conformidade com as especificações do Decreto Lei 10.278/2020, conforme especificações contidas no Edital e anexos. As informações adicionais deverão ser obtidas de 2ª a 6ª feira no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, diretamente na sede da Câmara Municipal de Jandaia, ou pelo e-mail [camarajandaia@hotmail.com](mailto:camarajandaia@hotmail.com). Jandaia, 09 de abril de 2026. Lucas Leite Vilela Bastos - Pregoeiro

150286

## O MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA - ESTADO DE GOIÁS

Concorrência Eletrônica 011/2026

O Município de Alexânia, Estado de Goiás, torna público que realizará a Concorrência Eletrônica 011/2026 Processo Administrativo nº 3144/2026 Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a execução das obras de construção de 40 (quarenta) unidades habitacionais de interesse social, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) a serem implantadas no Município de Alexânia/GO. Data da sessão 29/04/2026 às 15:00 horas. O edital estará disponível no dia 10/04/2026 e as propostas serão recebidas a partir de 13/04/2026, no site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br) Informações: <https://alexania.go.gov.br/>. Fone: (62) 3336-7200 ou (62) 3336-7201; Alexânia/GO, 09 de abril de 2026. Kelly Cristina Moreira de Melo Santos – Agente de Contratação.

150287

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ

Concorrência Eletrônica nº 4/2026. A Prefeitura de

Jaraguá-Goiás torna público aos interessados que, fará realizar licitação no dia 04 de maio de 2026, às 09h30min, na modalidade Concorrência Eletrônica nº 004/2026, tipo menor preço global, para contratação de empresa especializada para construção da cobertura da arquibancada e reforma dos banheiros do Estádio Amintas de Freitas de Jaraguá-Goiás em atendimento a solicitação do Fundo Municipal de Educação de Jaraguá-Goiás, conforme especificações e condições do Edital e Termo de Referência. Data e horário para recebimento das propostas: até 09h30min do dia 04 de maio de 2026. O respectivo Edital poderá ser retirado exclusivamente nos endereços eletrônicos [jaragua.go.gov.br](http://jaragua.go.gov.br) ou [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br). Demais informações no próprio Edital. Jaraguá/GO, 09/04/2026. Gabriely Linhares Ferreira/Agente de Contratação/Pregoeira

150297

Assinado Eletronicamente por Certificação Digital

conforme Lei 13.818/2019

VERIFICAÇÃO - acesse: [verificador.itl.gov.br](http://verificador.itl.gov.br)

**Gazeta do Estado**

ICP Brasil

Assinado Digitalmente por

G. EXATA DE COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 04.471.978/0001-92

Data: 2026/04/10 00:30:39



Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Gazeta do Estado com circulação em bancas de jornais e dirigida, nos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://www.gazetadoestado.com.br/verificacao-digital/>



# PUBLICIDADE LEGAL

(62) 3249-8883 - EDITAIS@GAZETADOESTADO.COM.BR

ASSINADO ELETRONICAMENTE  
POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL  
CONFORME LEI 13.818/2019  
VERIFICAÇÃO  
ACESSO: VERIFICADOR.ITI.GOV.BR

**PREGÃO ELETRÔNICO 007/2025 - PREGÃO LOCAL A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE GOIÁS**, torna público, para o conhecimento de todos os interessados, que às 09h00min do dia 22 de Abril de 2026, estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, objeto o registro de preços de ABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE LIMPEZA, conforme termo de referência constante do processo licitatório tipo Pregão Eletrônico 007/2026. O Edital completo poderá ser obtido na sede da Comissão Permanente de Licitação no site <https://bnc.org.br/> acima descrito ou pelo site [www.santoantoniodegoias.go.gov.br](http://www.santoantoniodegoias.go.gov.br), ou pelo e-mail [licitacao@santoantoniodegoias.go.gov.br](mailto:licitacao@santoantoniodegoias.go.gov.br), a partir do dia 10 de Abril de 2025. Pregão local conforme LC 123/2006 e Lei Municipal 729/2022. O processo será conduzido via sistema web no endereço: [bnc.org.br](http://bnc.org.br) Maiores informações pelo fone/fax (62) 3535-1950 durante o horário das 08:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h. Geciane Souza Barbosa, Pregoeira.

150289

**PREGÃO ELETRÔNICO 008/2025 - PREGÃO LOCAL A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE GOIÁS**, torna público, para o conhecimento de todos os interessados, que às 09h00min do dia 24 de Abril de 2026, estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, objeto o registro de preços de ABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS DE QUITANDAS E DEMAIS ITENS DO GENERO, conforme termo de referência constante do processo licitatório tipo Pregão Eletrônico 008/2026. O Edital completo poderá ser obtido na sede da Comissão Permanente de Licitação no site <https://bnc.org.br/> acima descrito ou pelo site [www.santoantoniodegoias.go.gov.br](http://www.santoantoniodegoias.go.gov.br), ou pelo e-mail [licitacao@santoantoniodegoias.go.gov.br](mailto:licitacao@santoantoniodegoias.go.gov.br), a partir do dia 10 de Abril de 2025. Pregão local conforme LC 123/2006 e Lei Municipal 729/2022. O processo será conduzido via sistema web no endereço: [bnc.org.br](http://bnc.org.br) Maiores informações pelo fone/fax (62) 3535-1950 durante o horário das 08:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h. Geciane Souza Barbosa, Pregoeira.

150290

**MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA-GO SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 005/2026**  
A Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada-GO, por intermédio de seu Pregoeiro e equipe de apoio, designados pelo Decreto Municipal nº 042/2025, de 07.01.2025, torna público para conhecimento dos interessados que irá realizar a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 005/2026, tipo Maior preço por Lote, objetivando a Concessão de Uso a Título Oneroso (terminal rodoviário) com localização quadra 41, Setor Noroeste, conforme as especificações contidas no edital em referência e seus anexos. A sessão pública para o recebimento dos licitantes interessados acontecerá no dia 28 abril de 2026, às 09h00min, no prédio da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, situado na Praça dos Três Poderes, nº 10, Centro - Cachoeira Dourada, Goiás. A sessão irá ser gravada em áudio e vídeo no Facebook oficial da prefeitura Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada - Goiás e será disponibilizada em mídia digital junto ao processo. Demais informações assim como a cópia do edital poderão ser obtidas no site eletrônico <https://cachoeiradourada.go.gov.br/> ou pelo telefone (64) 99664-8357.  
Cachoeira Dourada-GO, 09 de abril de 2026.  
GABRIEL RODRIGUES IZIDORO MESQUITA  
Pregoeiro Municipal  
Decreto nº 042/2025

150291

**ESTADO DE GOIÁS PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATUBA AVISO DE EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2026**  
O Município de Goiatuba, Estado de Goiás, TORNA PÚBLICO, que alienará em hasta pública, Modalidade Leilão de conformidade com a Lei nº 14.133,21, com início dos lances a partir publicação do edital e encerramento as 09h00min do dia 15 de maio de 2026, o leilão será realizado de forma eletrônica através do site [www.alvaroleiloes.com.br](http://www.alvaroleiloes.com.br), visando à alienação de bens imóveis de sua propriedade, que serão arrematados pelo MAIOR LANCE, conforme edital afixado no site oficial <https://goiatuba.go.gov.br/>. Maiores informações, bem como o edital, poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal de Goiatuba, sito na Rua São Francisco, Centro, Goiatuba, Goiás, no horário de expediente, e-mail: [dep.compras@goiatuba.go.gov.br](mailto:dep.compras@goiatuba.go.gov.br). Goiatuba, 07 de abril de 2026. GILSON ROSA BATISTA. Gestor Municipal

150294

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS-GO ERRATA**  
**EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO – 001/2026**  
A Prefeitura Municipal de Bonfinópolis - GO, comunica a todos e a quem interessar possa, que no extrato de edital publicado no Diário do Município de Goiás, dia 02/04/2026; Jornal Gazeta do Estado, dia 02/04/2026 e Diário Oficial do Estado de Goiás, no dia 06 de abril do corrente ano, pag. 81: **ONDE SE LÊ:** com autorização inserta na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, decreto 21.981/32, Leis Municipais: nº 835/2022, nº 970/2025 e demais institutos pertinentes a matéria, comunica a todos e a quem interessar possa, que realizará no dia **28 de abril de 2026 às 10:00 horas**, leilão de forma **Presencial**, para venda de Imóvel, veículo, máquinas e equipamentos, inservíveis e/ou antieconômicos ao município. **LEIA SE:** com autorização inserta na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, decreto 21.981/32, Lei Municipal: nº 970/2025 e demais institutos pertinentes a matéria, comunica a todos e a quem interessar possa, que realizará no dia **28 de abril de 2026 às 10:00 horas**, leilão de forma **Presencial**, para venda de veículo, máquinas e equipamentos, inservíveis e/ou antieconômicos ao município. **Ficando excluído do edital/regulamento o item 2.2 – Bem Imóvel; item 11 na sua totalidade e anexo II, parte integrante do referido edital, ficando as demais informações inalteradas.** Maiores informações e edital completo, através do site: [www.leiloesbrasil.com.br](http://www.leiloesbrasil.com.br) – Telefone: (62) 3250-1500 (62) 99677-1096. Lucas Moreira de Carvalho - Prefeito Municipal

150292

**O MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA- ESTADO DE GOIÁS Concorrência Eletrônica 010/2026**  
O Município de Alexânia, Estado de Goiás, torna público que realizará a Concorrência Eletrônica 10/2026 Processo Administrativo nº 1581/2026 Objeto: Contratação de empresa especializada, para reforma das Escolas Municipais Laura Barbosa Coelho e Elizabete Bernardes Davi, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas nos projetos básicos de engenharia, planilhas orçamentárias, termo de referência e seus respectivos anexos. Data da sessão 29/04/2026 às 08:00 horas. O edital estará disponível no dia 10/04/2026 e as propostas serão recebidas a partir de 13/04/2026, no site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br) Informações: <https://alexania.go.gov.br/>. Fone: (62) 3336-7200 ou (62) 3336-7201; Alexânia/GO, 09 de abril de 2026. Kelly Cristina Moreira de Melo Santos – Agente de Contratação.

150293

MARILDA DA SILVA MALHEIROS 01693083167, CNPJ: 38.048.445/0001-14, torna público que está recebendo da Secretária Municipal de Eficiência – SEFIC de Goiânia a Licença Ambiental de Instalação e Operação – Processo 92195348 para as atividades: serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores, lavanderias. Empresa localizada na Rua das Magnólias, Quadra 110, Lote 13, Parque Oeste Industrial, CEP: 74.375-280, Goiânia – GO.

150295

CIRURGIA PLASTICA BRAZIL LTDA, CNPJ: 34.613.111/0001-95, torna público que está requerendo da SANEAGO a autorização e/ou dispensa de efluentes não domésticos na rede coletora de esgoto. Empresa localizada na Avenida Mutirão, Nº 2553, Quadra 29, Lote 01E, Andar 26, Sala (s) B2601/B2602/B2603, Edifício Condomínio Orion Business, Setor Marista, CEP: 74.150-340, Goiânia – GO

150296

Extrato De Contrato nº 110/2026 Objeto: Contratação De Show Musical Artístico Para A Programação "Rodeio Show". Contratada: Abr Events Ltda (65.865.625/0001-61), valor total R\$ 110.000,00. Data assinatura do contrato: 09/04/2026. Vigência: 03/05/2026. Montividiu do Norte - GO, 09/04/2026. Lillian Daiane dos Santos Parente Nobrega, Agente de Contratação.

150288

**PAX BOM JESUS**  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS E CREMAÇÃO

- Serviços funerários e cremação;
- Construção e reforma de túmulos;
- Planos de assistência familiar;
- Fotos de porcelana;
- Coroa de flores.

61 3622-7879 / 61 9 9985-7978  
Av. Alfredo Nasser Qd.70 Lt.1/3 P.E.D. I

[gazetadoestado.com.br](http://gazetadoestado.com.br)

## A ÚNICA TV ABERTA DE NOTÍCIAS DO PAÍS

COM COBERTURA EM  
**GOIÁS, MINAS GERAIS E ENTORNO DO DF**

# ALCANCE DE +30 MILHÕES DE PESSOAS

TV ATUAL NEWS

## CORTE



MARIA REIS  
mariareisjornalista6@gmail.com

## DOIS TEMPOS

**1.** Cursos culturais do Núcleo Livre de Artes - O Sesc Centro está com matrículas abertas para os cursos culturais do Núcleo Livre de Artes, com opções em dez modalidades, nas áreas de dança, teatro, circo e música. Os interessados podem garantir suas vagas entre dez modalidades: circo, danças e ritmos, danças urbanas, heels dance, k-pop dance, jazz dance, teatro, viola caipira, cavaquinho e ballet. Também é possível agendar suas aulas experimentais.

**2.** Os valores são semestrais, variando de R\$ 300,00 para portadores de credencial plena; R\$ 360,00 para conveniados e R\$ 800,00 para o público em geral, independente da data da matrícula. Os pagamentos podem ser divididos em até cinco vezes no cartão de crédito. As turmas estão sujeitas à lotação, pois não há reserva de vagas. As inscrições seguem até o dia 18 de abril, presencialmente, na sede da unidade, localizada na Rua 15 esquina com a Rua 19, Centro, Goiânia (GO). Mais informações pelos telefones (62) 3933-1703 / 1746 / 1725.

## MOACIR FRANCO CANTA EM GOIÂNIA

Amanhã, sábado, dia 11 de abril, às 20h30, o Teatro Fac Unicamp recebe o show 70 anos de história, do cantor Moacir Franco. Um show único que celebra sete décadas de trajetória artística, reunindo sucessos inescutíveis, histórias marcantes e canções que atravessaram gerações — tudo embalado por emoção e carinho em cada acorde Ingressos limitados, disponíveis para vendas, no site Ingresso Nacional

Divulgação



## TURNÊ UMA HISTÓRIA SEM FIM

O cantor Leonardo retorna a São Paulo para duas apresentações especiais no Espaço Unimed, localizado na Barra Funda, em São Paulo, amanhã, sábado (11) e no domingo (12) de abril. Os shows fazem parte da turnê “Uma História Sem Fim”, projeto que celebra os 40 anos de carreira do artista, em que ele revive ao vivo, esses repertório que passeia por quatro décadas, desde os tempos ao lado de Leandro até os grandes sucessos da fase solo

Divulgação



Divulgação



## SAMBA 90 GRAUS

Netinho de Paula, Chrigor e Márcio Art seguem viajando o País com o projeto “Samba 90 Graus”. Após o sucesso dos volumes anteriores, o trio apresenta agora o álbum completo, gravado ao vivo no Espaço Unimed, em São Paulo, diante de mais de 6 mil pessoas. O show será amanhã, sábado, dia 11 de abril, no Espaço Dois Ipês, Setor Jaó, com vários setores, como Arena (em pé; Frontstage (em pé); Lounge (open bar) e Mesas (cadeira individual). Ingressos à venda pelo Sympla

## VITRINE

## VOCÊ SABIA?

Dica saudável: Substitua o óleo vegetal pelo azeite de oliva.

## TEM VANTAGEM

O Buriti Shopping está com a campanha para clientes do programa Tem Vantagem com sorteio de ingressos para o festival No Pelo 360. A ação acontece de 19 de março a 18 de abril, ou enquanto durarem os ingressos. A cada R\$ 200 em compras com CPF na nota, o cliente participa da roleta promocional. O show, idealizado por Hugo & Guilherme, será

no sábado, dia 18 de abril, no Estádio Serra Dourada. A participação é limitada a uma por CPF e exclusiva para membros do programa.

## PRESENCAS NA EXPO REVESTIR

Executivos do Grupo Soares representando as marcas Irmão Soares e Essence Acabamentos, marcaram presenças na Expo Revestir. O grupo goiano foi liderado pelo empresário Robson Soares, com as presenças do gerente de compras, Raphael Monteiro e a arquiteta Fernanda Ferreira

## PONTÕES E PONTOS DE CULTURA

O Governo de Goiás, por meio da Secult,

lançou editais da Política Nacional Aldir Blanc para fomentar Pontões e Pontos de Cultura, com inscrições até 06 de maio. Ao todo, serão investidos cerca de R\$ 4,41 milhões, contemplando dois Pontões e 22 Pontos de Cultura. As iniciativas visam fortalecer redes culturais, promover inclusão e valorizar a produção comunitária no Estado. Os projetos abrangem áreas como cultura popular, educação, comunicação, direitos humanos e economia criativa. A secretária Yara Nunes destaca o impacto na cidadania cultural e na diversidade goiana. Os editais completos estão disponíveis no site oficial do Governo de Goiás.

## CASAS &amp; MARCAS

MARIA REIS mariareisjornalista6@gmail.com



## Resort Costa do Sauípe reabre o Mar Premium

**HOTEL ALL INCLUSIVE A BEIRA-MAR** - Com nova categoria, a Costa do Sauípe, o maior resort do Brasil reforça o ciclo de investimentos no turismo baiano, iniciando uma nova fase com a reabertura do Mar Premium, hotel all inclusive Inspirado no estilo de vida à beira-mar e ainda mais conectado a essência baiana. O empreendimento passou por uma ampla revitalização em estrutura e serviços, marcando mais um capítulo, desde sua aquisição, em 2018, pela Aviva, plataforma de viagens e entretenimento também detentora do Rio Quente Resorts e do Hot Park, ambos em Goiás. A reestruturação do hotel amplia a oferta de hospedagem com 237 acomodações distribuídas em cinco categorias. As unidades variam entre 36 m<sup>2</sup> e 157 m<sup>2</sup>, com vistas para o mar. A estrutura inclui piscinas adulto e infantil, áreas de convivência, espaços de lazer e acesso facilitado à praia, posicionando o hotel como o mais próximo da faixa de areia dentro do complexo. A proposta all inclusive reúne restaurante climatizado, bares e cafeteria.



## UTI do Einstein conquista o selo UTI Top Performer

**RECONHECIMENTO A POSICIONA ENTRE AS MELHORES DO PAÍS** - A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Einstein em Goiânia reafirma sua excelência



ao conquistar, pela quarta vez, o selo “UTI Top Performer”, reconhecimento que a posiciona entre as melhores do País. A certificação, concedida pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB) em parceria com a Epimed Solutions, avalia rigorosos indicadores assistenciais relacionados à qualidade, à segurança e ao cuidado. A recorrência da conquista reforça a consistência dos resultados e o compromisso contínuo da instituição com a excelência no atendimento intensivo